

Perspectivas Econômicas

Volume 5

Uma Revista Eletrônica do Departamento de Estado dos EUA

Número 1

Desenvolvendo uma Estratégia Global de Comércio: os Estados Unidos e a OMC



PERSPECTIVAS ECONÔMICAS

Desenvolvendo uma Estratégia Global de Comércio: os Estados Unidos e a OMC

DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA

REVISTA ELETRÔNICA

VOLUME 5, NÚMERO 1, FEVEREIRO DE 2000

Em fevereiro de 2000, os membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) decidiram, em Assembléia Geral, iniciar, dentro de algumas semanas, as negociações a respeito da agricultura e de serviços com as quais eles já haviam se comprometido.

Esta foi a primeira decisão tomada pelos membros da OMC desde a reunião ministerial em Seattle, na qual não foi possível dar início a uma nova e abrangente rodada de conversações globais na área comercial.

Embora os Estados Unidos estejam firmemente empenhados em ir em frente com as novas negociações, ainda não se sabe se os membros da OMC encontrarão a vontade política para progredir, de maneira significativa, rumo à liberalização do comércio em 2000.

O progresso dependerá, em parte, da participação dos países em desenvolvimento em um nível nunca visto anteriormente — e representantes do governo Clinton estão reexaminando suas posições, levando isso em consideração. O progresso dependerá, também, de maior empenho, por parte dos países industrializados, no sentido de eliminar as barreiras comerciais nos seus setores industriais e agrícolas, que são os mais sensíveis.

O governo Clinton mantém o seu compromisso com a idéia de que o comércio mais livre não deve resultar em condições inferiores de trabalho ou de preservação do meio ambiente em nenhum lugar. No entanto, o governo está procurando desenvolver uma abordagem para apresentar essas idéias de uma forma que possa ser aceita por uma massa crítica de outros países.

PERSPECTIVAS ECONÔMICAS

Uma Revista Eletrônica do Departamento de Estado dos EUA

ÍNDICE

DESENVOLVENDO UMA ESTRATÉGIA GLOBAL DE COMÉRCIO: OS ESTADOS UNIDOS E A OMC

□ ÊNFASE

A POSIÇÃO DO PRESIDENTE CLINTON NO QUE SE REFERE À GLOBALIZAÇÃO E AO COMÉRCIO MUNDIAL **6**

Trechos de um discurso proferido por ocasião do Fórum Econômico Mundial

Os mercados abertos e o comércio mais livre constituem o único caminho possível, tanto para os países desenvolvidos quanto para as nações em desenvolvimento.

MANTENDO O ACESSO AO MERCADO NO RUMO CERTO **8**

David Aaron, Subsecretário do Comércio para Questões de Comércio Internacional

Para dar início a uma nova rodada de negociações da Organização Mundial do Comércio, é preciso que a União Européia concorde em negociar os seus subsídios à agricultura e reconsiderar as suas propostas no que se refere à política de investimentos e concorrência.

O COMÉRCIO AGRÍCOLA INTERNACIONAL EM UM MOMENTO DE DECISÃO **11**

August Schumacher, Jr., Subsecretário da Agricultura para Produção Rural e Serviços Agrícolas no Exterior

Os membros da OMC precisam enfrentar os obstáculos que impediram o progresso na reunião ministerial de dezembro em Seattle, incluindo as reclamações dos países em desenvolvimento, que afirmam ter poucos benefícios devido às regras atuais.

FAZENDO A GLOBALIZAÇÃO FUNCIONAR EM BENEFÍCIO DOS TRABALHADORES **15**

Alan Larson, Subsecretário de Estado para Assuntos Econômicos, Comerciais e Agrícolas

O sistema de comércio global pode e deve funcionar, tanto em benefício dos países desenvolvidos quanto dos países em desenvolvimento. Um sistema que dá a todos a oportunidade de compartilhar a expansão da liberdade que a economia global torna possível precisa incluir o compromisso com os direitos básicos dos trabalhadores.

AS QUESTÕES TRABALHISTAS E A OMC **19**

Andrew Samet, Vice-Secretário Assistente do Trabalho para Questões Internacionais de Trabalho

Uma abordagem multilateral que seja implementada pela OMC e por outras organizações internacionais é a melhor maneira de tratar das questões trabalhistas na área comercial. O objetivo dos Estados Unidos é promover melhores condições de trabalho no mundo inteiro, e não introduzir novas formas de protecionismo no sistema de comércio.

INTEGRANDO AS PRIORIDADES DO MEIO AMBIENTE AO COMÉRCIO **23**

John J. Audley, Coordenador de Política Ambiental e Comércio da Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos [U.S. Environmental Protection Agency]

Os Estados Unidos desejam uma integração maior entre as questões ambientais e a política comercial, mas reconhecem que a maioria dos países se opõem a esse tipo de associação.

☐ COMENTÁRIOS

O QUE ACONTECEU EM SEATTLE NÃO SIGNIFICA QUE PARAMOS DE PROGREDIR **27**

Max Baucus, senador dos EUA pelo Estado de Montana

Enquanto a OMC se recupera, os Estados Unidos devem tomar medidas específicas tendo como objetivo a continuidade da liberalização do comércio, incluindo o apoio à admissão da China na OMC.

NEGOCIAÇÕES SOBRE O COMÉRCIO NA OMC: SEGUINDO EM FRENTE APÓS A REUNIÃO DE SEATTLE **30**

Jeffrey Schott, Pesquisador Sênior do Instituto Internacional de Economia [Institute for International Economics]

Ninguém saiu vitorioso da reunião da OMC em Seattle, em dezembro — que foi um fracasso — nem mesmo as pessoas que criticam a OMC. Talvez os maiores perdedores tenham sido os países em desenvolvimento que dependem de um sistema de comércio que funcione de maneira adequada.

O DESAFIO DO COMÉRCIO AGRÍCOLA: NADA MUDOU EM FUNÇÃO DA REUNIÃO DE SEATTLE **34**

Bob Stallman, Presidente, Federação Americana dos Escritórios dos Produtores Rurais [American Farm Bureau Federation]

Em quaisquer negociações agrícolas da OMC no futuro, os negociadores dos Estados Unidos devem insistir em começar a trabalhar a partir do texto preparado por ocasião da reunião ministerial de dezembro em Seattle.

OS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO QUEREM UMA RODADA DE NEGOCIAÇÕES — NAS CIRCUNSTÂNCIAS CERTAS **37**

Jabulani Sikhakhane, Editor Itinerante do Financial Mail (África do Sul)

Os países em desenvolvimento preferiram o colapso da reunião ministerial da OMC em Seattle a uma rodada de negociações tendenciosa e favorável aos países desenvolvidos.

☐ FATOS E NÚMEROS

UMA CRONOLOGIA DOS EVENTOS QUE RESULTARAM NA CRIAÇÃO DA OMC **41**

O PROGRESSO APÓS A RODADA URUGUAI **42**

☐ FONTES DE INFORMAÇÃO

PRINCIPAIS CONTATOS E SITES NA INTERNET **44**

MATERIAL ADICIONAL DE LEITURA **46**

PERSPECTIVAS ECONÔMICAS

Uma Revista Eletrônica do Departamento de Estado dos EUA

Volume 5, Número 1, Fevereiro de 2000

O Escritório de Programas Internacionais de Informação do Departamento de Estado dos EUA fornece produtos e serviços que explicam as políticas dos Estados Unidos ao público estrangeiro. O Escritório publica cinco revistas eletrônicas que tratam das principais questões enfrentadas pelos Estados Unidos e pela comunidade internacional. As revistas — *Perspectivas Econômicas*, *Questões Globais*, *Questões de Democracia*, *Agenda de Política Externa dos EUA* e *Sociedade e Valores dos EUA* — apresentam análises, comentários e informações de caráter geral sobre suas áreas temáticas. Todas as edições das revistas aparecem em inglês, francês e português, e algumas edições selecionadas também são publicadas em árabe, russo e espanhol. Uma nova edição em inglês é publicada a cada três a seis semanas. As versões traduzidas geralmente são publicadas duas a quatro semanas após a publicação do original em inglês. A ordem na qual as edições temáticas aparecem é irregular, pois algumas revistas têm um número maior de edições do que as outras.

As opiniões expressas nas revistas não refletem, necessariamente, as opiniões ou as políticas do governo dos Estados Unidos. O Departamento de Estado dos EUA não assume nenhuma responsabilidade pelo conteúdo nem pela continuidade do acesso aos sites da Internet para os quais há links nesta publicação; tal responsabilidade é única e exclusivamente das entidades que publicam esses sites. Os artigos podem ser reproduzidos e traduzidos fora dos Estados Unidos a não ser que contenham restrições quanto aos direitos autorais.

Números atuais ou atrasados das revistas podem ser encontrados na Home Page do Escritório de Programas Internacionais de Informação na World Wide Web, no seguinte endereço: <http://usinfo.state.gov/journals/journals.htm>. As publicações estão disponíveis em vários formatos eletrônicos para facilitar a visualização on-line, a transferência, o download e a impressão. Comentários são bem-vindos na Embaixada dos Estados Unidos no seu país (aos cuidados da Seção de Diplomacia Pública) ou na redação:

Editor, Economic Perspectives
IIP/T/ES
U.S. Department of State
301 4th Street, S.W.
Washington, D.C. 20547
United States of America
E-mail: ejecon@usia.gov

Editora Responsável Judith Siegel
Chefe de Redação Jonathan Schaffer
Editor Executivo Bruce Odessey
Editores Associados Wayne Hall
. Kathleen Hug
Colaboradores Eileen Deegan
. Merle Kellerhals
. Phillip Kurata
. Martin Manning
. Mildred Neely
. Warner Rose

Diretora de Arte Sylvia Scott
Projeto Gráfico da Capa Joseph Hockersmith
Assistente de Programação Visual Joseph Hockersmith
Conselho Editorial Howard Cincotta
. Judith Siegel
. Leonardo Williams

Departamento de Estado dos EUA
Escritório de Programas Internacionais de Informação
Fevereiro de 2000

□ A POSIÇÃO DO PRESIDENTE CLINTON NO QUE SER REFERE À GLOBALIZAÇÃO E AO COMÉRCIO MUNDIAL

Trechos de um discurso proferido por ocasião do Fórum Econômico Mundial

O presidente Clinton diz que uma combinação de mercados livres e um comércio mais livre é o único caminho a seguir, tanto para os países desenvolvidos quanto para os países em desenvolvimento. Ele não concorda com os manifestantes que querem impedir a Organização Mundial do Comércio (OMC) de fazer o seu trabalho. Ele também discorda das pessoas que querem impedir a participação de um número maior de partes interessadas nas decisões da OMC.

A seguir, apresentamos trechos do discurso de Clinton, no dia 29 de janeiro, no Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça.

"Acho que temos que afirmar, categoricamente, que os mercados abertos e o comércio baseados em normas constituem o melhor mecanismo que conhecemos, para elevar o padrão de vida, reduzir a destruição do meio ambiente e construir a prosperidade em comum. Isto é verdade, não importa onde você esteja — em Detroit, Davos, Daca ou Dacar. No mundo inteiro, mercados abertos criam empregos. Eles elevam a renda. Eles estimulam a inovação e divulgam novas tecnologias. Eles fazem todas essas coisas, em conjunto com a explosão das comunicações através da Internet, que é a rede de crescimento mais rápido da história."

"Para mim o comércio só pode progredir em uma direção, e isso significa ir para onde estamos indo, reconhecendo que estamos em um mundo novo e muito diferente, e que a idéia de que estaríamos em melhor situação com um comércio menos intenso, com menos negócios baseados em normas, distanciando-nos das nossas tentativas de encontrar soluções internacionais com as quais possamos trabalhar juntos, está totalmente errada."

"O comércio é particularmente importante, naturalmente, para as nações em desenvolvimento. Escutem — isto é algo em que eu acho que as pessoas

das nações em desenvolvimento que se opõem à OMC deveriam pensar: da década de 70 até o início da década de 90, os países em desenvolvimento que optaram pelo crescimento através do comércio cresceram pelo menos duas vezes mais rapidamente do que aqueles que preferiram não se abrir para o mundo. Os países que apresentaram maior abertura tiveram um crescimento que foi seis vezes superior ao dos demais..."

"Vejam o caso da Coreia do Sul, do México ou da Tailândia, que cresceram graças à abertura -- mesmo após os recentes traumas das crises financeiras, as rendas desses países ainda são mais de duas vezes superiores às da década de 70, quando suas economias eram mais fechadas. E as melhorias em termos de alfabetização, escolaridade e expectativa de vida são realmente extraordinárias, muito superiores às dos países que preferiram não se abrir para o mundo."

"Certamente, muitas pessoas que têm questionado a validade do livre comércio estão verdadeiramente preocupadas com o destino dos pobres e dos menos privilegiados, e elas realmente devem se preocupar com isso. Mas essas pessoas devem se perguntar, o que acontecerá a um operário de indústria têxtil de Bangladesh ou a um migrante do interior do México sem a perspectiva de empregos e de uma indústria que possa vender tanto para os consumidores estrangeiros quanto para aqueles dos seus próprios países? O que acontecerá aos fazendeiros no Uruguai, no Zimbábue, na Austrália, na Europa, nos Estados Unidos, se o protecionismo impossibilitar a comercialização dos produtos além das suas fronteiras?"

"De que maneira as condições de trabalho podem ser melhoradas e a pobreza pode ser reduzida nos países em desenvolvimento se a esses países forem negadas essas e outras oportunidades de crescer, se lhes forem negadas as coisas que resultam da participação na economia mundial? Não, o comércio não pode ser

uma corrida para o fundo — em qualquer que seja a questão - trabalho infantil, condições básicas de trabalho ou proteção ambiental. Mas se nós nos afastássemos do comércio, manteríamos parte da nossa comunidade global eternamente no fundo. Esta não é a resposta certa.”

“Acho que na parte que lhe toca, a Europa deveria abrir mão dos seus subsídios agrícolas. Se até mesmo um terço dos subsídios e tarifas agrícolas do mundo fossem eliminados, os países em desenvolvimento mais pobres que poderiam exportar ganhariam mais de 4 bilhões de dólares em benefícios econômicos todos os anos.”

“Acho que as pessoas que ouviram um sinal de alerta nas ruas de Seattle entenderam o recado. Mas as pessoas que dizem que devemos congelar ou extinguir a OMC estão completamente erradas....

“Nada substitui a confiança e a credibilidade com as quais a OMC contribui para o processo de expansão do comércio tendo as normas como base. Nada substitui o alívio temporário que a OMC oferece à economia nacional, especialmente contra as práticas comerciais desleais e os surtos repentinos de

importações. E nada substitui a autoridade da OMC na resolução de disputas, que é respeitada por todos os países membros. Se esperamos que o público apóie a OMC...temos que romper com o atual paradigma negativo.

“Se esperamos que o público apóie a OMC como eu a apóio...temos que deixar o público ver o que estamos fazendo. Temos que colocar mais documentos à disposição do público, mais rapidamente, temos que franquear as sessões de resolução de disputas para o público, temos que permitir que as organizações e os indivíduos manifestem suas opiniões formalmente. E temos que agir em conformidade com as normas, e respeitar as decisões da OMC, quer ganhemos ou percamos.”

“Permitam que eu seja claro: Não concordo com as pessoas que dizem que devemos impedir a OMC de cumprir o seu papel, ou que devemos adiar uma nova rodada de negociações na área comercial. Mas concordo com aqueles que desprezam as novas forças que estão tentando se impor no diálogo global. A globalização significa atribuir o poder às pessoas, em todos os lugares, por meio da informação.” □

□ MANTENDO O ACESSO AO MERCADO NO RUMO CERTO

David Aaron, Subsecretário do Comércio para Questões de Comércio Internacional

Para dar início a uma nova rodada de negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC), é preciso que a União Européia (UE) concorde em negociar os seus subsídios agrícolas e reconsidere as suas propostas sobre a política de investimentos e concorrência, diz David Aaron, subsecretário do Comércio para Questões de Comércio Internacional.

Ele diz que os Estados Unidos devem continuar a insistir para que uma nova rodada seja iniciada: "Se nós não fizermos isso, ninguém mais o fará".

Outros objetivos dos Estados Unidos são assegurar o ingresso da China na OMC, abrir os mercados ao comércio exterior por meio de iniciativas regionais e bilaterais e estabelecer o consenso para um comércio mais livre, ele diz.

Quando falamos do comprometimento dos Estados Unidos com o livre comércio nesta nova era, é importante observar há quanto tempo começamos a observar esses princípios. Nossa visão de livres mercados remonta à primeira geração de líderes americanos. Tom Paine, Thomas Jefferson e Ben Franklin eram contra as restrições à importação e expressaram suas posições favoráveis a um comércio isento de discriminação. Na verdade, Jefferson, um veemente defensor do livre comércio, afirmava que "o livre comércio, com todas as partes do mundo" era um "direito natural" que nenhuma lei poderia restringir. Desde os Fundadores da Nação até a "Porta Aberta", o acesso cada vez maior ao mercado tem sido um dos princípios fundamentais da política comercial dos Estados Unidos.

Fazendo um "zoom" para a nossa época, todos sabemos que na reunião ministerial de Seattle, no final do ano passado, não foi possível dar início a uma nova rodada de negociações comerciais. Isso não significa que não houve progresso ou que a agenda comercial dos Estados Unidos ficou estagnada. Durante a reunião ministerial de novembro/dezembro, estabelecemos consenso em várias áreas da maior importância. Essas incluem, por exemplo, a necessidade de manter o comércio eletrônico isento de impostos, uma abordagem de política no que se refere aos países menos desenvolvidos, a facilitação do comércio e uma agenda de negociações para a área de prestação de serviços.

No entanto, no que se refere a algumas outras questões importantes, muitas delas relacionadas ao acesso ao mercado, não conseguimos superar os impasses que surgiram. No momento, o nosso desafio continua sendo a continuidade do processo de liberalização.

Para assegurar tal continuidade, estamos dando prioridade a quatro objetivos:

- Assegurar o ingresso da China na OMC.
- Dar continuidade às iniciativas de abertura de mercado em outras organizações internacionais, como por exemplo a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) [Free Trade Area of the Americas] (FTAA).
- Criar um novo consenso sobre a importância do comércio.
- Ir em frente com a agenda para uma nova rodada de negociações multilaterais na OMC.

PNTR E A O INGRESSO DA CHINA NA OMC

É essencial que a China passe a fazer parte do sistema global. É por isso que o ingresso da China na OMC é tão importante.

Três coisas são necessárias para que a China ingresse na OMC. Primeiro, é preciso que a China complete as suas negociações bilaterais com a Europa e com vários outros países. Segundo, todos nós temos que terminar de negociar o protocolo de ingresso. Terceiro, é preciso que o Congresso dos Estados Unidos aprove as relações comerciais permanentes e normais com a China.

Esperamos que as primeiras duas providências sejam tomadas rapidamente, para que possamos tomar a terceira antes de o Congresso entrar em recesso neste verão. Aprovar as relações comerciais permanentes e normais [permanent normal trading relations] (PNTR) com a China e insistir para que ela seja admitida na OMC é a atitude mais importante que podemos tomar para melhorar o acesso dos Estados Unidos aos mercados estrangeiros. Na verdade a situação é muito simples. Os mercados americanos já estão abertos para os produtos. Assegurando PNTR com a China, conseguiremos, de modo geral, reduções tarifárias significativas — algumas dessas reduções chegam a 20 por cento — no que se

refere a todos os produtos norte-americanos, além de melhorias significativas no acesso dos serviços americanos ao mercado.

INICIATIVAS REGIONAIS

Embora o trabalho através da OMC represente o nosso principal esforço no que se refere ao acesso ao mercado, estamos também envolvidos em várias outras organizações menores. Uma dessas organizações sobre as quais eu gostaria de falar é a Área de Livre Comércio das Américas.

A ALCA [FTAA] é um esforço regional e multilateral para unir as economias do Hemisfério Ocidental estabelecendo um único acordo de livre comércio. Estamos trabalhando para incluir, no acordo da ALCA, algumas medidas que facilitarão os negócios. Em novembro do ano passado, em Toronto, os ministros do comércio estabeleceram um acordo a respeito de um pacote de medidas referente aos procedimentos alfandegários e à transparência, que reduzirão os custos das transações comerciais, criarão um ambiente econômico regional mais previsível e darão às empresas americanas as informações de que elas necessitam para tomar decisões financeiras sensatas.

Essas medidas incluem procedimentos simplificados para a importação temporária de produtos associados às viagens a negócios, para a remessa rápida de produtos, e para transações que envolvem o envio de produtos de baixo valor; divulgação de informações referentes aos procedimentos, leis e regulamentos alfandegários; e a utilização de sistemas sofisticados de administração de risco para concentrar as atividades de cumprimento da regulamentação alfandegária nos produtos e viajantes de alto risco, e ao mesmo tempo facilitar a liberação e a movimentação das mercadorias de baixo risco. Trabalharemos em estreita colaboração com as pessoas que ocupam posições similares às nossas na região para nos assegurarmos de que essas medidas sejam implementadas neste ano e para desenvolver novas propostas que possam ser colocadas em prática antes do ano 2005.

UM CONSENSO A RESPEITO DO COMÉRCIO

A melhoria do acesso aos mercados está, em grande parte, ligada ao nosso comprometimento com o sistema global de comércio. Entre nós, a maioria das pessoas percebem que os mercados abertos e o comércio baseado em normas comprovadamente elevam os níveis de vida, reduzem a

pobreza e a destruição do meio ambiente em âmbito mundial e garantem a livre troca de idéias que estimulam a democracia. Mas para que possamos ir em frente com as iniciativas de acesso ao mercado que eu mencionei anteriormente, precisamos enfrentar um movimento, cada vez maior, que questiona as virtudes do comércio.

O governo Clinton se inteirou e concorda com algumas das preocupações a respeito do livre comércio, incluindo a transparência, as questões trabalhistas e o meio ambiente. Por exemplo, concordamos com aqueles que querem maior transparência na OMC — insistindo para que haja uma abertura nos procedimentos da OMC e para que haja participação de entidades não-governamentais em certas reuniões da OMC. No que se refere à questão das normas de trabalho, propusemos a criação de um grupo de trabalho da OMC para examinar as ligações entre o comércio e o trabalho. Além disso, o presidente pediu que a OMC se empenhasse mais para levar em consideração a maneira pela qual os acordos comerciais afetam o meio ambiente.

Mas embora concordemos com essas preocupações e estejamos trabalhando no trato dessas questões, não acreditamos que elas, além de outras críticas, sem fundamento, impeçam a continuação do sistema de comércio global. Além disso, há evidência — tanto empírica quanto observada caso a caso — de que a maioria dos argumentos contra o comércio são inválidos, tanto sob o ponto de vista teórico quanto prático. Há quatro exemplos específicos que tocam o âmago da retórica contra a OMC.

Em primeiro lugar, as pessoas que se opõem ao livre comércio dizem que querem ajudar os países pobres mas relutam em investir neles ou em fazer negócios com eles — e essas duas coisas são essenciais para o desenvolvimento desses países.

Em segundo lugar, há os que enfatizam a promoção da democracia, mas depois ridicularizam as decisões dos governos democráticos. Muitos dos que criticam a OMC têm argumentado que ela não tem a responsabilidade nem a transparência de uma instituição democrática. Em alguns casos, o governo dos Estados Unidos concordou com essa avaliação, insistindo para que houvesse uma abertura nos procedimentos da OMC e a participação de entidades não-governamentais em certas reuniões da OMC. No entanto, o que muitos críticos não percebem é que a maioria dos membros da OMC são governos democráticos que agem com o apoio dos seus povos.

Em terceiro lugar, há os que querem proteger o meio ambiente, mas se opõem ao crescimento que é necessário para criar os recursos de que se precisa para atingir esse objetivo. Ninguém nega que o desenvolvimento econômico frequentemente resulta em degradação do meio ambiente. Mas a verdade é que os países mais limpos em termos de meio ambiente também são os mais desenvolvidos. A maior parte da degradação do meio ambiente ocorre devido à pobreza e à ignorância; as estatísticas demonstram que o comércio e os investimentos minoram esses problemas.

E finalmente, as pessoas que criticam a OMC alegam que protegem os "pequenos" contra as empresas globais, acabando com as próprias normas das quais os pequenos dependem. As pequenas empresas são os nossos maiores exportadores, e com os seus recursos mais limitados, as normas são críticas para que elas possam lutar contra as barreiras comerciais e resolver disputas.

Aqueles, entre nós, que estão no governo e fora dele, precisam se envolver em um diálogo aberto a respeito da importância do comércio. Por meio desse diálogo, eu tenho certeza de que os princípios básicos dos mercados abertos e da OMC prevalecerão.

A OMC

Reiteramos o nosso compromisso no sentido de dar início a uma nova rodada de negociações e gostaríamos que isso acontecesse o mais cedo possível. Uma nova rodada é desejável, e ainda estamos trabalhando para estabelecê-la. No entanto, uma nova rodada somente será benéfica ou possível quando ficar provado que os nossos principais parceiros comerciais estão dispostos a adotar soluções conciliatórias e abrir os setores das suas economias que tradicionalmente têm sido mantidos fechados.

Portanto, o que pode ser feito para que se possa dar início a uma nova rodada? Primeiro, os países membros da Europa precisam autorizar a Comissão Europeia a desenvolver uma política agrícola que permita o início de uma nova rodada. Para ser franco, a Europa precisa colocar os seus subsídios à agricultura na mesa de negociações.

Em segundo lugar, é preciso que a UE decida o que quer no que se refere à política de investimento e concorrência. O investimento é uma questão da qual os países menos desenvolvidos não querem se aproximar. No que se refere à política de concorrência, é claro que a UE, da mesma

forma que os Estados Unidos, não quer que as suas determinações antimonopólio sejam questionadas por outros 130 países.

Em terceiro lugar, é preciso que os Estados Unidos continuem a exercer pressão para que seja iniciada uma nova rodada. Se não o fizermos, ninguém mais o fará. A primeira coisa a fazer é seguir em frente com a agenda embutida nas normas da OMC que todo país é obrigado a seguir. Precisamos colocar propostas na mesa no que diz respeito aos serviços, à agricultura e aos produtos industrializados, que darão maior destaque às vantagens de uma nova rodada.

Reconhecemos que os requisitos que devem ser cumpridos para dar início a uma nova rodada são muitos. Alguns países, em vez disso, optaram por uma estratégia de defender a liberalização bilateral e regional. Acredito que nós também devemos ir em frente em termos bilaterais e regionais. Mas a longo prazo, essas não são as verdadeiras alternativas para a OMC. Os acordos comerciais bilaterais e regionais podem estimular a liberalização e dar exemplos positivos. No entanto, em última análise, o sistema global é que é crucial.

CONCLUSÃO

A primeira geração de líderes americanos percebeu a importância dos mercados abertos e do livre comércio. Mais de 200 anos depois, a história e a prática provaram que eles tinham razão.

Insistir para o estabelecimento de uma nova rodada na OMC, assegurar relações comerciais permanentes e normais com a China, e dar continuidade aos nossos esforços para a liberalização em âmbito mundial são as medidas mais significativas que podemos tomar no sentido de melhorar o acesso ao mercado nessa nova era. Precisamos aproveitar essa oportunidade que se apresenta na hora certa, para dar prosseguimento ao processo de livre comércio que é tão importante para a prosperidade dos países ricos e tão essencial para a elevação dos níveis de vida dos países pobres. Se não fizermos isso, podemos desperdiçar uma situação que sem dúvida é vantajosa para todas as partes envolvidas na economia global. □

❑ O COMÉRCIO AGRÍCOLA INTERNACIONAL EM UM MOMENTO DE DECISÃO

August Schumacher, Jr., Subsecretário da Agricultura para Produção Rural e Serviços Agrícolas no Exterior

Os membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) precisam superar os obstáculos que impediram o progresso durante a reunião ministerial de dezembro em Seattle, incluindo as reclamações dos países em desenvolvimento, que alegam obter poucos benefícios a partir das normas atuais, diz August Schumacher, subsecretário da Agricultura.

Em um artigo adaptado a partir de um discurso proferido no dia 5 de janeiro, na 54.^a Conferência Anual de Agricultura [54th Annual Farming Conference] em Oxford, Inglaterra, Schumacher diz que as negociações na área agrícola precisam continuar este ano, conforme previsto em um acordo feito anteriormente; caso contrário a credibilidade de todo o sistema comercial estará comprometida.

Os Estados Unidos já demonstraram sua capacidade de liderança, ao eliminar barreiras que estavam impedindo o comércio agrícola de se processar de maneira mais livre; a União Européia precisa fazer a mesma coisa, ele diz. "Isso requer coragem...mas podemos fazê-lo."

O assunto sobre o qual me pediram para falar é "Política de Comércio Mundial — Seguir em Frente é a Única Coisa a Fazer?" A resposta, para mim, é óbvia, pelo menos sob o ponto de vista dos Estados Unidos, pois se trata de uma afirmação correta. Há muito tempo os Estados Unidos têm como objetivo instituir um sistema internacional de comércio agrícola mais aberto, mais abrangente e mais forte. Embora a Rodada Uruguai, que resultou na formação da Organização Mundial do Comércio, tenha sido um acordo histórico para a inclusão da agricultura em um sistema desse tipo, reconhecemos que ainda temos, como disse uma vez o famoso poeta norte-americano Robert Frost, "milhas a percorrer" para concluir e integrar, inteiramente, as reformas agrícolas no sistema de comércio internacional.

É por isso que estabelecemos vários objetivos para a continuação das negociações agrícolas da OMC que foram iniciadas em Seattle. Para obtermos um sistema de comércio melhor para a agricultura, precisamos fazer o seguinte:

- Eliminar os subsídios à exportação.
- Instituir normas mais rigorosas a respeito do apoio doméstico que distorce o comércio.
- Melhorar o acesso ao mercado, reduzindo tarifas e aumentando as quotas.
- Reformar as empresas estatais da área comercial.
- E facilitar o comércio dos produtos de novas tecnologias, incluindo a biotecnologia.

Precisamos admitir, de braços abertos, novos membros na OMC. Além disso, precisamos trabalhar em estreita colaboração com os países em desenvolvimento assegurando que eles participem, de maneira transparente, das negociações da OMC para que eles possam ter mais acesso aos mercados globais, e ao mesmo tempo continuem a abrir os seus próprios mercados ao comércio, tanto com outros países em desenvolvimento que exportam produtos agrícolas quanto com os participantes da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), na área agrícola.

A REUNIÃO MINISTERIAL DE SEATTLE

Assim como outros participantes da Reunião Ministerial de Seattle, ficamos decepcionados pelo fato de os 135 membros da OMC não terem chegado a um acordo final sobre a abertura de uma nova rodada de negociações, mas não perdemos a esperança. Como disse o presidente Clinton, "Houve progresso na reunião da OMC em Seattle, embora ainda existam diferenças significativas. Continuo otimista, e acho que nos próximos meses podemos diminuir nossas diferenças e iniciar uma nova rodada de negociações comerciais em nível global".

Houve vários motivos para a suspensão das negociações. Precisamos levar esses motivos em consideração para podermos seguir em frente. Por exemplo, a OMC precisa proporcionar melhores oportunidades para que todos os membros possam participar de maneira mais ampla, inclusive os países em desenvolvimento, do processo de tomada de decisões.

Os países em desenvolvimento reclamaram que não estão obtendo os benefícios provenientes do comércio que os

países mais desenvolvidos estão conseguindo. É preciso lidar com essas questões. As razões para essa reclamação incluem as políticas agrícolas, que distorcem o comércio, em alguns países, criando um fardo muito pesado e injusto para os fazendeiros dos países em desenvolvimento, e a necessidade de se desenvolver uma capacidade, nos próprios países em desenvolvimento. Estamos encorajando os Banco Mundial e organizações similares, para que elas não apenas ajudem a criar tal capacidade, mas também ajudem a apoiar a modernização e o desenvolvimento da agricultura nesses países.

Alguns países na Ásia e na Europa, e até mesmo na América do Norte ainda gastam muito dinheiro para manter políticas que distorcem o comércio, para apoiar a sua agricultura, em detrimento dos países em desenvolvimento. Na verdade, uma grande parte dos ganhos dos produtores agrícolas em alguns países vêm diretamente do apoio do governo.

E AGORA, PARA ONDE VAMOS?

A pergunta que nós todos fazemos é: e agora, para onde vamos? Acredito, que para preservar a credibilidade da OMC, precisamos começar a negociar imediatamente. O Artigo 20 do acordo da Rodada Uruguai diz: "Os membros concordam que as negociações para a continuação do processo terão início um ano antes do final do período de implementação". É por isso que os países têm um compromisso, de acordo com a "cláusula de continuidade" no sentido de renovar prontamente as negociações a respeito da agricultura e dos serviços (o que é geralmente conhecido como agenda combinada). Se não começarmos agora, corremos o risco de comprometer a credibilidade de todo o sistema internacional de comércio — um sistema de comércio que foi cuidadosamente construído, passo a passo, durante mais de cinco décadas.

O crescimento do comércio, em geral, tem ocorrido a um ritmo três vezes superior ao do nível de crescimento da OCDE em produto nacional bruto, 9 por cento contra 2,8 por cento. O comércio mundial de produtos agrícolas cresceu, chegando a quase 270 bilhões de dólares em 1999, comparado com aproximadamente 200 bilhões de dólares em 1990. O aumento da intensidade do comércio de produtos alimentícios com valor agregado tem sido particularmente perceptível. Nos Estados Unidos, as exportações de produtos com valor agregado cresceram em 40 por cento, de 14 bilhões para 20 bilhões de dólares, durante a última década.

Os Estados Unidos, a União Européia (UE) e o Japão não são os únicos a se beneficiarem com o início das negociações para a liberalização do comércio agrícola. Os países em desenvolvimento também têm muito o que ganhar. Sem um sistema aberto de comércio internacional, alguns países em desenvolvimento têm maior probabilidade de se deparar com a ameaça da insegurança no abastecimento de alimentos. Sem um sistema aberto de comércio, eles não conseguirão obter melhor acesso ao mercado para os seus produtos agrícolas. Portanto, uma nova rodada não é apenas um esforço para os países desenvolvidos, mas também para os países em desenvolvimento, para garantir o início desta rodada.

Na Declaração de Marrakesh, no final da Rodada Uruguai, os países em desenvolvimento receberam tratamento diferenciado e mais favorável pelos países desenvolvidos, e ficou acordado que o impacto da Rodada Uruguai sobre os países menos desenvolvidos e sobre os países importadores de alimentos industrializados seria revisto para ajudá-los a atingir os seus objetivos de desenvolvimento.

Há tarefas nas quais podemos começar a trabalhar imediatamente na OMC. Por exemplo, precisamos determinar como ir em frente para estabelecer um grupo de negociações agrícolas, e para isso precisamos encontrar um líder. Isso precisa ser feito imediatamente.

Também precisamos atingir um consenso sobre os aspectos comerciais da biotecnologia na OMC. O conceito de um grupo de trabalho sobre a biotecnologia foi o tema de um vigoroso debate por parte dos membros da OMC durante a reunião ministerial. Ainda achamos que um grupo de trabalho de biotecnologia é a melhor maneira de tratar desta questão. Além disso, há muitos ambientes de discussão que estão discutindo a biotecnologia, de forma legítima -- a Codex Alimentarius Commission, a OCDE, o Protocolo de Bio-segurança [Biosafety Protocol]. No entanto, os aspectos comerciais da questão da biotecnologia agrícola devem ser tratados no contexto da OMC, e também de forma bilateral.

Nesse aspecto, o presidente Clinton e o presidente da Comissão da UE, Romano Prodi, concordaram no que diz respeito à realização de negociações de alto nível sobre biotecnologia e à consulta a elementos de fora da área governamental nesse processo. Dentro dessa abordagem, esperamos tratar de uma série de questões, incluindo os processos de aprovação para os produtos de biotecnologia e as questões do acesso ao mercado. Além disso, deverá

ser formado um grupo consultivo que incluirá cientistas, acadêmicos, consumidores e grupos ambientais.

DIFERENÇAS ENTRE OS ESTADOS UNIDOS E A UNIÃO EUROPÉIA

Na cúpula Estados Unidos-União Européia em dezembro de 1999, ficou claro que ainda existem enormes diferenças entre nós. Embora os Estados Unidos e a União Européia tenham concordado que uma nova rodada deverá ter como ênfase a agricultura, os serviços e o acesso ao mercado, e deverá lidar com as preocupações dos países em desenvolvimento, a UE continua a insistir em adotar uma agenda mais ampla que inclui normas de investimentos e políticas antimonopólio. A UE precisa de uma agenda com um enfoque mais concentrado. Precisamos trabalhar juntos para desenvolver uma agenda viável para podermos dar início a uma nova rodada de negociações.

Continuamos preocupados com várias questões bilaterais entre os Estados Unidos e a União Européia. Na verdade, a carne bovina e a banana continuam a ser motivos de grandes preocupações porque esses dois itens comprometem toda a estrutura do processo de resolução de disputas da OMC. O fato de a UE insistir em não cumprir a determinação do painel da OMC e continuar a banir, sem justificação, a importação de carne bovina, tratada com hormônios, dos Estados Unidos, resultou na implementação de tarifas da ordem de 100 por cento sobre exportações da UE no valor de 116,8 milhões de dólares. Além disso, tarifas de 100 por cento foram impostas sobre 190 milhões de dólares em produtos da UE, pelo fato de a UE ter se recusado a implementar a decisão da OMC a respeito das vendas de bananas.

A ESTRADA MAIS USADA: POLÍTICAS QUE DISTORCEM O COMÉRCIO

Em um flagrante contraste com os nossos esforços para resolver a questão das políticas que distorcem o comércio, a UE continua sendo incapaz de reformar, de maneira significativa, a sua Política Agrícola Comum [Common Agricultural Policy] (CAP). A UE notificou a OMC a respeito de uma verba de aproximadamente 90 milhões de dólares a ser concedida anualmente em apoio à agricultura européia, e metade desse valor contribui para a criação de distorções no comércio. Em conformidade com as reformas da Agenda 2000, a UE tem planos para proporcionar mais apoio sob a forma de pagamentos diretos. E ela gasta pelo menos vários bilhões de dólares

por ano em subsídios à exportação. Esta é, por si só, a maior distorção do comércio agrícola no mundo. Permitam que eu fale com clareza: os Estados Unidos não têm nada contra o fato de que a UE proporciona apoio aos seus fazendeiros. O que os Estados Unidos não aceitam é o fato de que a UE opta por políticas que distorcem o comércio.

Esse tipo de apoio não prejudica somente os países em desenvolvimento; ele também prejudica os próprios consumidores da UE. A combinação de tarifas e subsídios elevados significa que os consumidores europeus pagam pelos alimentos preços que são consideravelmente mais elevados do que em outras partes do mundo, .

Recentemente a UE alegou que os Estados Unidos pagam, aos seus fazendeiros, valores que são equivalentes ao dobro do nível de subsídio fornecido aos fazendeiros da UE. Na verdade, os dados mais recentes publicados pela OCDE indicam que os subsídios da UE à produção, em média, no período de 1996 a 1998, representam 39 por cento da renda dos fazendeiros da UE, ao passo que os subsídios à produção nos EUA no mesmo período representam somente 17 por cento da renda dos fazendeiros americanos. Além disso, os dados da OCDE indicam que a UE fornece quase 10 vezes mais subsídios à produção por acre (0,4 de hectare) do que os Estados Unidos fornecem (a UE fornece 324 dólares por acre, ao passo que os Estados Unidos somente fornecem 34 dólares por acre).

A UE também concede subsídios domésticos específicos para certos produtos, que distorcem o comércio, para pelo menos 50 produtos agrícolas diferentes, incluindo carne bovina, azeite de oliva, tomate, vinho, maçã, pepino, alcachofra, abobrinha, cereja, tangerina, uva e pêssego. Os Estados Unidos limitam seus subsídios à produção a aproximadamente nove tipos principais de mercadoria. Por exemplo, os Estados Unidos não fornecem subsídios à produção no caso da sua indústria vinícola de classe mundial, ao passo que a UE concedeu 1,9 bilhão de Euros em subsídios à produção e 37 milhões de Euros em subsídios às exportações em 1997-98. Embora os gastos da UE tenham diminuído nos últimos anos, as reformas de política provavelmente dobrarão os atuais gastos da UE com o vinho nos próximos anos.

Os países em desenvolvimento procuram a liderança dos Estados Unidos, da UE e do Japão para o desenvolvimento de uma política agrícola racional. Os Estados Unidos já demonstraram essa liderança,

reduzindo grandemente os seus subsídios à exportação, especialmente no que se refere aos grãos. E quanto à UE? Os altos níveis de subsídios na Europa continuam a distorcer o comércio agrícola internacional.

A ESTRADA DE MENOR MOVIMENTO

Concluindo, vamos pensar no conhecido poema de Robert Frost, "The Road Not Taken"
"A Estrada Que Eu Não Segui":

Duas estradas divergiam em uma floresta, e eu —
Eu escolhi a de menor movimento,
E isso fez toda a diferença.

[Two roads diverged in a wood, and I —
I took the one less traveled by,
And that has made all the difference.]

A nossa atual situação não é muito diferente daquela que Robert Frost descreve. É possível permanecer na movimentada e conhecida estrada do protecionismo na agricultura, com a qual estamos muito familiarizados. Essa estrada nos levaria a anos de negociações como

vimos na Rodada Uruguai, resultando na continuação das políticas protecionistas que causam distorções no comércio, e que têm prejudicado os preços em âmbito global, o meio ambiente e os produtores agrícolas eficientes, especialmente aqueles dos países em desenvolvimento.

Ou podemos escolher a estrada de menor movimento, a estrada que não tem tantas marcas ou pegadas, e ir em frente, imediatamente. Isso requer coragem; coragem por parte dos Estados Unidos, da UE, do Japão e de outras nações. Mas podemos fazê-lo. Se assumirmos um compromisso, podemos concluir uma nova rodada. Nossos esforços conjuntos ajudaram a reconstruir a economia do pós-guerra, e nos trouxeram à encruzilhada com a qual nos deparamos neste momento. Vamos escolher a estrada de menor movimento — isso fará toda a diferença. □

❑ FAZENDO A GLOBALIZAÇÃO FUNCIONAR EM BENEFÍCIO DOS TRABALHADORES

Alan Larson, Subsecretário de Estado para Assuntos Econômicos, Comerciais e Agrícolas

O sistema mundial de comércio pode e deve funcionar em benefício tanto dos países desenvolvidos quanto dos países em desenvolvimento, diz Alan Larson, subsecretário de Estado, em um artigo adaptado de um discurso proferido no dia 5 de janeiro no Rotary Club, em Washington.

Muitos obstáculos para um comércio mais livre ainda precisam ser superados, incluindo diferenças a respeito das questões ambientais e trabalhistas, além do protecionismo puro e simples, ele diz. Como ambos os lados querem um sistema de comércio aberto e justo — um sistema que deixe a "globalização funcionar em benefício dos trabalhadores" — a única opção que eles têm é eliminar esses obstáculos, ele diz.

É do interesse dos Estados Unidos, eu estou convencido, que a economia global se expanda por meio de um comércio mais intenso e de um fluxo de capital mais amplo e mais livre. Ao mesmo tempo, a economia global, para ser durável, precisa ter uma sólida base ética e política. A economia global deve se basear em um espírito comunitário global e deve ser impulsionada por uma compreensão compartilhada, em nível global, da igualdade entre os seres humanos. Além disso a economia precisa ser apoiada por um conjunto de instituições e normas que ajudem a garantir que todos nós, neste país assim como em outros países, possamos encontrar, na economia global, oportunidades para expandir nossa liberdade e atingir todo o potencial que Deus nos deu.

E quando eu falo em liberdade, eu tenho em mente as Quatro Liberdades que o ex-presidente dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt, colocava em evidência — a pessoa deve estar livre para se expressar, para praticar a religião que desejar, e deve estar livre do medo e da necessidade. Enfrentamos grandes desafios ao tentarmos atingir esses objetivos no início de um novo milênio, porque as liberdades que permitem que um povo atinja o seu potencial são distribuídas de maneira muito desigual pelo mundo afora.

VARIAÇÕES SOBRE UM VELHO TEMA

Muitos, dentre nós, consideram sábio o velho ditado: "Dê um peixe para um homem e ele estará alimentado por um dia. Ensine-o a pescar e ele estará alimentado para o resto da vida". Hoje esse provérbio precisa ser atualizado de várias maneiras.

Primeiro, não estamos apenas sendo politicamente corretos ao sugerir que o provérbio deveria mencionar homens e mulheres. Na verdade, uma das mais importantes lições da economia de desenvolvimento é a importância de assegurar que as mulheres, bem como os homens, aproveitem as oportunidades econômicas na sua totalidade.

Mais profundamente, para evoluir além de um estilo de vida de subsistência, os homens e mulheres dos países em desenvolvimento precisam ser capazes de vender seus produtos na economia global e comprar outros produtos que possam ajudá-los a conseguir a qualidade de vida que eles valorizam. E é justamente nesse ponto que as coisas começam a ficar complicadas.

Primeiro, existe a simples questão do protecionismo. O que acontece se eu sou um pescador em um país desenvolvido e temo uma redução de salário ou a perda do meu emprego se eu tiver que enfrentar a concorrência de uma pescadora de um país em desenvolvimento? Devido à sua pobreza, ela pode estar disposta a trabalhar durante um número maior de horas, por um salário mais baixo. Isso é injusto? Muitos, dentre nós, diriam que nós não deveríamos deixar de comprar os peixes da mulher simplesmente porque ela é mais pobre e aceita trabalhar por menos.

No entanto, o exemplo não é fútil. Durante as recentes negociações comerciais em Seattle, alguns países se recusaram a apoiar uma proposta de redução de tarifa chamada Liberalização Acelerada de Tarifas, em parte porque eles queriam proteger os seus pescadores da concorrência dos países em desenvolvimento.

A pressão, no que diz respeito à proteção, é ainda mais forte por parte dos fazendeiros europeus e japoneses. Um dos maiores problemas para se lançar uma nova rodada de negociações comerciais será convencer os fazendeiros dos países desenvolvidos de que não é apropriado usar barreiras comerciais ou subsídios que distorcem o comércio para proteger os seus ganhos e estilos de vida em detrimento dos fazendeiros pobres nos países em desenvolvimento. E para que nós, nos Estados Unidos, não tenhamos uma atitude de donos da verdade, devemos reconhecer que menores barreiras comerciais para as roupas importadas seriam de grande interesse para os trabalhadores pobres em muitos países em desenvolvimento, embora reconheçamos que um súbito aumento na oferta de roupas importadas causaria um impacto que prejudicaria os empregados da indústria do vestuário nos Estados Unidos, muitos dos quais têm poucas opções econômicas fora desse ramo de atividade.

Portanto, nas nossas políticas comerciais, os países desenvolvidos precisam se concentrar nos mecanismos apropriados de transição e encontrar novas e melhores maneiras de equipar os nossos próprios cidadãos com as habilidades que lhes permitirão competir, de maneira eficaz, na economia global. Precisamos admitir que este pode ser um grande desafio para os trabalhadores menos favorecidos, para os trabalhadores com baixo nível de escolaridade e para os trabalhadores cuja habilitação profissional é muito específica para um determinado tipo de indústria e que não pode ser transferida com facilidade para novos empregos.

No entanto, vamos imaginar que resolvemos esse desafio e decidimos aceitar, sem barreiras comerciais, os peixes produzidos pela nossa pescadora do país em desenvolvimento. Ainda pode haver o problema da pesca em excesso. Se o número de peixes pescados a cada ano precisar ser regulado para proteger a quantidade disponível de peixes, isso poderia ser feito tendo como base a produção histórica, o que poderia nos favorecer, ou tendo algum outro fator como base. E quem é que vai estabelecer essas normas e garantir a sua observância?

E ainda existem outros problemas. E se nós estivermos preocupados com o fato de que a técnica de pesca dessa mulher resulte na captura acidental de um número significativo de tartarugas marinhas? Será que a nossa preocupação com o meio ambiente nos dá o direito de nos recusarmos a comprar dela, apesar da sua pobreza, a não ser que ela mude os seus métodos de pesca? Para todos os efeitos, a atual legislação americana diz que

temos esse direito, e um painel de resolução de disputas da Organização Mundial do Comércio (OMC) concorda com isso, desde que o façamos de uma maneira apropriada.

Agora vamos assumir que a mulher pesca com dispositivos de exclusão de tartarugas, que impedem a captura acidental das tartarugas. Devemos comprar peixes dela, mesmo se as outras pessoas do seu país continuarem a pescar pelos velhos métodos e o governo do país não exigir o uso de dispositivos de exclusão? Durante os feriados eu tomei uma decisão formal de manter a atual política americana, segundo a qual nós permitimos a importação de camarão capturado por navios que utilizam os dispositivos de exclusão de tartarugas, mesmo das nações que não determinam que todos os seus barcos de pesca de camarão usem tais dispositivos.

E se todas essas questões já não são suficientemente difíceis, vamos falar, por um momento, a respeito de questões trabalhistas. A legislação dos Estados Unidos nos autorizaria a proibir a importação dos peixes dessa mulher se ela estivesse utilizando mão-de-obra escrava ou pessoas em regime de trabalho forçado. Tenho certeza de que todos concordaríamos que o nosso interesse comum em acabar com a escravidão ou o trabalho forçado justificaria por completo este uso de pressão comercial, e eu tenho certeza de que tal ação não poderia ser alvo de crítica na OMC.

Mas vamos imaginar que a mulher utiliza trabalho infantil. Muitos, entre nós, se preocupariam com a compra de produtos produzidos por empregados que ainda não têm idade para trabalhar, especialmente se houver um elemento de exploração na sua situação de trabalho. Atualmente, as normas da OMC não autorizam, explicitamente, um país a proibir a importação de produtos produzidos pela exploração do trabalho infantil. Alguns poderiam indagar o que conteteria com essas crianças desesperadamente pobres se elas não estivessem trabalhando.

Na prática temos tido um sucesso que muito nos encoraja, no que se refere à criação de programas-piloto que tiram as crianças das fábricas e colocam-nas em escolas. Em alguns casos, os empregos que elas deixaram foram ocupados por mães, muitas das quais nunca haviam estado antes no mercado de trabalho. Um desses programas, dirigido para o setor da indústria do vestuário em Bangladesh, na verdade aumentou as exportações do país, pois os países preocupados com o trabalho infantil se

dispuseram a importar quando as crianças estavam na escola e não na fábrica. O sucesso de Bangladesh estimulou algumas indústrias no Paquistão a agir da mesma forma. Precisamos utilizar esses exemplos positivos como ponto de partida.

DIREITOS HUMANOS

Questões ainda mais complicadas surgem quando analisamos a questão dos direitos humanos. A democracia e o respeito pelos direitos humanos não são luxos fora do alcance dos países pobres. Pelo contrário, eles são direitos aos quais todos os seres humanos aspiram, e não pode haver verdadeiro desenvolvimento, para a nossa pescadora ou para qualquer pessoa, sem eles.

Além disso, a democracia e o respeito pelos direitos humanos contribuem de muitas formas para o funcionamento eficaz da economia. Eles ajudam a conter a corrupção ou o abuso do poder - que são coisas economicamente destrutivas — como por exemplo, a concessão de licenças de pesca somente para os amigos do presidente. Eles formam uma base racional para a tomada de decisões a respeito da quantidade e dos tipos de benefícios públicos, como a educação e a segurança pública, que serão concedidos. Sem esses benefícios, a economia não pode funcionar de maneira eficaz. É por isso que os Estados Unidos estão dedicando uma parte cada vez maior dos nossos recursos de assistência ao fortalecimento do império da lei e é por isso que continuaremos a nos manifestar sobre os abusos referentes aos direitos humanos.

Vamos tentar avaliar o progresso na economia global. Os últimos 50 anos têm sido um período de crescimento econômico e prosperidade sem precedentes nos Estados Unidos. Nossas rendas cresceram em aproximadamente 60 por cento em termos reais. Avaliadas em termos do seu poder de compra, nossas rendas, agora, são 27 por cento superiores às dos nossos correspondentes no Japão e 41 por cento superiores às da Alemanha. O índice de desemprego é baixo, e o valor do mercado de ações quadruplicou nos últimos 10 anos. O comércio ajudou a alimentar este surto de prosperidade. A participação do comércio na nossa economia nacional dobrou em menos de uma geração. Somos o maior exportador do mundo, e as exportações têm criado bons empregos; de fato, em média, as indústrias de exportação pagam salários que são 15 por cento superiores aos de outros setores da nossa economia.

Os componentes básicos do modelo americano de concorrência no mercado estão sendo adotados por países em todas as partes do mundo. Esta é uma das razões pelas quais as perspectivas de crescimento global nunca foram melhores.

Os países em desenvolvimento estão, de modo geral, começando a compartilhar essa expansão das oportunidades globais. Os países do leste da Ásia, por exemplo, cresceram a uma taxa de mais de 8 por cento por ano durante as décadas de 80 e 90. Um número excessivo de pessoas no mundo ainda vive em condições de pobreza absoluta, mas a porcentagem daqueles que sobrevivem com menos de um dólar por dia caiu de aproximadamente 25 por cento em 1987 para aproximadamente 21 por cento uma década mais tarde.

Outros indicadores, que não são apenas econômicos, também se encontram em ascensão entre os países em desenvolvimento. A expectativa de vida aumentou de 59 anos em 1970 para 67 anos em 1997. Embora a expectativa de vida continue baixa demais nos países que são, verdadeiramente os mais pobres, mesmo lá ela cresceu de 43 anos para 52 anos, no mesmo período.

ATUAIS INICIATIVAS POLÍTICAS

Embora as condições em muitos países em desenvolvimento tenham melhorado, elas estão longe de um nível que seja aceitável.

Precisamos fazer mais para ajudar os indivíduos nos países em desenvolvimento mais pobres a terem oportunidades significativas de participar da economia global. É por isso que o governo está trabalhando arduamente para conseguir a aprovação do Congresso, neste ano, da Lei de Crescimento e Oportunidades na África [African Growth and Opportunity Act] e da Lei de Melhoria da Bacia do Caribe [Caribbean Basin Enhancement Act]. Esses projetos proporcionarão importantes oportunidades para as pessoas pobres, nos países pobres. Ao ajudá-los a expandir as suas economias, nós os ajudaremos a se tornarem parceiros econômicos mais fortes e, no final das contas, melhores clientes.

Concordamos em perdoar virtualmente todas as dívidas dos países mais pobres, com a condição de que eles se comprometam com políticas que minorem a pobreza e proporcionem uma base sólida para o crescimento econômico contínuo. Estamos ajudando a custear programas de educação no mundo inteiro. Patrocinamos

um grande aumento nos programas educacionais e sociais dos bancos multilaterais de desenvolvimento. Lançamos uma iniciativa para expandir a infra-estrutura da Internet para mais de 20 países africanos.

Para fazer tudo o que precisamos fazer para estimular a paz, a democracia e o desenvolvimento, os Estados Unidos precisam dedicar os recursos necessários ao trabalho. Infelizmente o nosso comprometimento em termos de recursos, nessas áreas, tem diminuído com o passar do tempo. No momento menos de 1 por cento do orçamento federal é dedicado a esses programas. Isso precisa ser melhorado.

Também precisamos expandir o sistema de comércio para que este inclua todos os países que tenham a capacidade e a disposição para fazer com que as suas normas sejam cumpridas. O Congresso terá, em breve, uma oportunidade de tomar uma decisão particularmente importante para assegurar à China direitos comerciais normais e permanentes; isso faz parte do processo de admissão da China na Organização Mundial do Comércio. Essa decisão não significa a aprovação das políticas de direitos humanos do governo da China; ela significa trazer os 1.200.000 habitantes da China para um sistema de comércio baseado em normas.

EXPANDINDO A LIBERDADE

Após Seattle, alguns observadores chegaram à conclusão de que há um choque inevitável no sistema de comércio entre os interesses dos países em desenvolvimento e os interesses dos países — inclusive o meu — que procuram introduzir na OMC as considerações com as questões trabalhistas e sociais. Com o devido respeito, eu discordo.

O que ambos os lados dessa discussão querem é um sistema de comércio que seja abrangente e que dê a todos a chance de compartilhar a expansão da liberdade que a economia global viabiliza. Não pode haver desenvolvimento digno desse nome se isso não envolver uma expansão da liberdade dos trabalhadores de se associarem e de negociarem, e um fortalecimento da sua proteção contra a discriminação de gênero, exploração do trabalho infantil e trabalhos forçados. E não pode haver uma agenda de questões sociais ou trabalhistas digna de respeito que não reconheça a importância de se melhorar a vida das pessoas mais pobres nos países em desenvolvimento, pessoas cujas oportunidades são tão limitadas comparadas com as nossas.

Será difícil fazer a globalização funcionar em benefício dos trabalhadores, tanto aqui quanto nos países em desenvolvimento, mas podemos e devemos fazê-lo. Para começar, nós, nos países desenvolvidos, devemos deixar claro, nas nossas palavras e atos, que nosso interesse na dimensão social do comércio faz parte de um compromisso no sentido de melhorar as condições de vida nos países em desenvolvimento, em vez de impedi-los de evoluir. □

❑ AS QUESTÕES TRABALHISTAS E A OMC

Andrew Samet, Vice-secretário Assistente do Trabalho para Questões Internacionais de Trabalho

Uma abordagem multilateral na OMC e em outras organizações internacionais é a melhor maneira de tratar da questão trabalhista no comércio, diz Andrew Samet, vice-secretário assistente do Trabalho para Questões Internacionais de Trabalho. O objetivo dos Estados Unidos é promover melhores condições de trabalho no mundo inteiro, em vez de introduzir novas formas de protecionismo no sistema de comércio, ele diz.

Na reunião ministerial da Organização Mundial do Trabalho (OMC) em 1999, em Seattle, as discussões entre os membros da OMC gravitaram de maneira significativa rumo a um reconhecimento da necessidade de tratar do relacionamento entre a questão trabalhista e o comércio, embora ficasse evidente que ainda existem diferenças significativas entre os membros. Essas diferenças apenas realçam a necessidade que existe de a OMC, ao recomendar as negociações sobre a futura agenda comercial, proporcionar a base para que os seus membros estudem a questão trabalhista na liberalização do comércio. No final, para que possamos ir em frente, com sucesso, no que se refere à abertura comercial, as diferenças de Seattle devem dar lugar ao desenvolvimento de uma nova visão compartilhada do caminho a ser percorrido no que se refere à questão trabalhista.

Quando os membros da OMC tratarem dessa questão no futuro, é importante manter em mente a finalidade básica do comércio. Como se lê nos preâmbulos do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) e como a OMC determina, a finalidade do incremento do comércio é melhorar o padrão de vida e assegurar o pleno emprego. A liberalização do comércio não é um objetivo a ser atingido no plano abstrato — ela se destina a promover o crescimento econômico mais rápido, o qual por sua vez pode resultar em melhores empregos, melhores condições de trabalho e um padrão de vida mais elevado. Ignorar a relação entre o comércio e o trabalho é ignorar fundamentalmente os próprios alicerces sobre os quais a liberalização do comércio foi construída.

PERSPECTIVAS HISTÓRICAS

As preocupações a respeito da legislação trabalhista e do seu impacto sobre a concorrência econômica internacional não são novas. O desenvolvimento das normas internacionais de trabalho no século XIX e a criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1919 são eventos diretamente ligados às considerações comerciais. O Tratado de Versalhes, que criou a OIT, reconhecia que "a não adoção, de qualquer nação, de condições humanas de trabalho é um obstáculo no caminho das outras nações que desejam melhorar as condições nos seus próprios países".

O impacto da normalização trabalhista sobre a concorrência também foi tratado no Documento Constitutivo da Organização Internacional do Comércio (ITO), emitido em Havana, em 1948. A minuta do documento dizia: "Os membros reconhecem que condições injustas de trabalho, especialmente na produção para exportação, criam dificuldades no comércio internacional, e portanto, cada membro deverá tomar as providências que forem possíveis e adequadas para eliminar tais condições dentro do seu próprio território".

O atual e intenso interesse nas normas internacionais de trabalho é, entre outras coisas, relacionado ao processo de globalização. A integração econômica global acelerada proporciona grandes oportunidades para crescimento econômico e emprego. Mas ela também apresenta desafios no sentido de assegurar que o maior número possível de empregados se beneficiem do processo de globalização e de que a concorrência ocorra tendo como base as normas trabalhistas internacionalmente aceitas. Enfatizar somente as oportunidades da globalização, sem tratar das preocupações dos trabalhadores, seria uma premissa sem chance de sucesso, e tornaria mais difícil a manutenção do consenso essencial para que se trate de uma agenda de liberalização do comércio.

PROMOVENDO NORMAS DE TRABALHO INTERNACIONAIS

Os Estados Unidos acreditam que várias organizações internacionais podem fazer uma contribuição positiva para promover as normas de trabalho. Portanto, estamos tratando desse assunto junto à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), a OIT, as instituições financeiras internacionais (IFIs) e a OMC. Também estamos fazendo isso por meio de iniciativas regionais e bilaterais.

Em 1998, com o apoio de entidades que representam trabalhadores e empregadores do mundo inteiro, a OIT adotou uma "Declaração dos Direitos e Princípios Fundamentais no Trabalho e do seu Acompanhamento". A declaração apresentou um novo mecanismo para fazer com que os estados membros fossem responsáveis pelo provimento dos direitos básicos no trabalho, definidos como liberdade de associação e o direito eficaz de efetuar negociações coletivas; a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório; a eliminação, de fato, do trabalho infantil; e a ausência de discriminação nas ocupações e nos empregos. Esses são direitos fundamentais que todos os membros da OIT têm a responsabilidade de implementar.

O Congresso dos Estados Unidos atendeu ao pedido do presidente Clinton, de mais recursos para ajudar a custear a implementação da declaração. O Departamento do Trabalho concederá à OIT uma verba de 20 milhões de dólares para um novo programa de assistência aos países que queiram implementar e proteger as principais normas trabalhistas oficializadas por meio da declaração. Forneceremos mais 10 milhões em assistência bilateral, para ajudar os ministérios do trabalho e outros órgãos governamentais competentes a aperfeiçoar a implementação da legislação trabalhista e gerenciar programas de previdência social.

Sabe-se também que uma boa parte das recentes preocupações a respeito das questões trabalhistas internacionais têm sido refletidas através do prisma das condições abusivas de trabalho infantil. Por ocasião da sua conferência de junho de 1999, a OIT adotou uma nova convenção 182 sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil, definidas de modo a incluir práticas como a escravidão ou qualquer tipo de trabalho forçado; a oferta ou a procura de crianças para prostituição; a oferta ou a procura de crianças para atividades ilícitas; e qualquer trabalho que, pela sua natureza, represente a possibilidade

de prejudicar a saúde, a segurança ou os valores morais das crianças. Cada membro da OIT que ratificar a convenção será obrigado a tomar medidas imediatas e eficazes para eliminar tais formas de trabalho infantil. O presidente Clinton apresentou o tratado ratificando a nova convenção ao Senado dos Estados Unidos em tempo recorde, e o Senado agiu — também em tempo recorde — no sentido de dar o seu parecer e aprovação. O presidente assinou o instrumento de ratificação no dia 2 de dezembro de 1999, em Seattle.

PROPOSTA DOS ESTADOS UNIDOS PARA AS QUESTÕES COMERCIAIS E TRABALHISTAS

Durante o processo preparatório que antecedeu a reunião ministerial de Seattle, os Estados Unidos propuseram o estabelecimento de um programa avançado de trabalho na OMC, sobre os aspectos do comércio relacionados às questões trabalhistas, para os quais os membros da OMC deveriam investir um pouco mais em informação e análise. Em outubro de 1999, apresentamos uma proposta mais específica para o estabelecimento de um Grupo de Trabalho Sobre o Comércio e as Questões Trabalhistas, com a missão de tratar das seguintes questões:

- Comércio e emprego: exame dos efeitos do comércio e investimentos internacionais mais intensificados sobre os níveis e a composição do emprego nos países.
- Proteções na área comercial e social: exame da relação entre a maior abertura no comércio e nos investimentos e a abrangência da estrutura de proteções sociais básicas e previdência social nos países desenvolvidos e em desenvolvimento.
- O comércio e as principais normas de trabalho: exame das normas de comércio e das principais normas de trabalho: exame da relação entre o desenvolvimento econômico, o comércio e o desenvolvimento em nível internacional e a implementação das principais normas de trabalho.
- Incentivos positivos na área de incentivos à política comercial e às principais normas de trabalho: exame da abrangência dos incentivos positivos da política comercial para promover a implementação das principais normas de trabalho.
- O comércio e o trabalho forçado ou a exploração de crianças: exame da extensão do trabalho forçado ou da

exploração de crianças nas indústrias envolvidas com o comércio internacional.

- O comércio e a não observância das normas trabalhistas internacionais: exame dos efeitos da não observância das normas nacionais de trabalho (inclusive nas áreas de processamento para exportação) ou das normas internacionais de comércio, investimentos e desenvolvimento econômico.

O grupo de trabalho produziria um relatório para ser discutido na próxima reunião ministerial da OMC e trabalharia em consultas com a OIT, as organizações financeiras internacionais e a Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento.

Os Estados Unidos fizeram esta proposta por uma série de razões. Em primeiro lugar, existe a necessidade de fazer uma análise objetiva e expandir a base de conhecimento da relação entre o comércio e o trabalho e assegurar que o comércio seja uma força positiva para a melhoria das condições de vida. Em segundo lugar, o comércio, os investimentos e o desenvolvimento não são objetivos propriamente ditos. Eles são os meios de se melhorar as vidas das pessoas e assegurar que a economia global funcione para os trabalhadores. Isto significa elevar, e não nivelar por baixo, os padrões de vida globais; estimular uma concorrência para ocupar as melhores posições e não forçar uma corrida para o fundo do poço. Como o presidente Clinton disse no seu discurso do Estado da União, em janeiro de 1999, "Precisamos humanizar a economia global". E em terceiro lugar, uma abordagem multilateral através da OMC, trabalhando em conjunto com outras instituições internacionais, preservará os interesses de todos os países, e ao mesmo tempo dará a todos os membros da OMC a oportunidade de emitir as suas opiniões.

Muitos países, especialmente os países em desenvolvimento, argumentam que a nossa proposta para fazer a OMC considerar o comércio e a questão trabalhista é uma maquinação protecionista. Esses argumentos são direcionados de maneira inadequada e estão completamente errados. Se os Estados Unidos quisessem seguir um caminho protecionista, esta seria uma abordagem altamente ineficiente e indireta. A verdade é que o presidente Clinton tem lutado pelo livre comércio e vem apresentando, ao público americano, os benefícios da liberalização do comércio.

Não estamos tentando impor normas sobre os países em

desenvolvimento que possam prejudicar o seu desenvolvimento, nem impedi-los de utilizar vantagens comerciais competitivas baseadas nos seus custos de mão-de-obra relativamente baixos. Pelo contrário, o nosso objetivo é estimular uma consideração aberta, e honesta, da relação entre o comércio e as questões trabalhistas e estabelecer um novo consenso a respeito da melhor maneira de seguir em frente. Na verdade, a implementação de normas básicas de trabalho não prejudicaria o crescimento e nem o desenvolvimento dos países em desenvolvimento. De acordo com as conclusões de uma pesquisa da OCDE, divulgadas em 1996, a implementação das normas básicas de trabalho e o maior crescimento econômico se complementam e se fortalecem mutuamente.

Uma coisa que pode ser mais prejudicial para a liberalização do comércio e para a credibilidade do sistema comercial é a evidente má vontade da OMC, quando se trata de estudar a questão trabalhista. As pessoas que argumentam que não existe uma relação entre o comércio e o trabalho não conseguem se convencer de que o comércio é benéfico para empregados e empregadores ao mesmo tempo que se recusam a discutir a relação entre as duas coisas. Os defensores da liberalização do comércio precisam ter maior confiança na força da sua argumentação e precisam estar dispostos a abrir um espaço para que se possa levar a questão trabalhista em consideração.

O FUTURO

Os Estados Unidos continuam a acreditar que é vital, para a OMC, tratar das relações entre o comércio e o trabalho. Além disso, continuamos com o nosso compromisso no sentido de apoiar um sistema de comércio aberto e liberal que traga benefícios para todos os membros da OMC, incluindo os países em desenvolvimento.

Uma abordagem multilateral através da OMC, trabalhando em conjunto com outras organizações internacionais é a melhor maneira de tratar da questão trabalhista. Na ausência de uma abordagem multilateral, haverá um aumento da pressão para tratar desses assuntos por meios que podem ser menos convenientes para o sistema de comércio mundial. Além disso, a incapacidade de tratar da questão trabalhista na OMC pode levar exatamente ao resultado que os críticos da relação entre o comércio e o trabalho dizem que querem evitar — um aumento nas pressões a favor do protecionismo.

Nosso objetivo é promover a melhoria das condições de trabalho em nível mundial, em vez de introduzir novas formas de protecionismo no sistema de comércio. De acordo com esta filosofia, reconhecemos que alguns países podem precisar de ajuda para se adequarem às normas de trabalho internacionais. É por isso que os Estados Unidos vêm procurando aumentar a capacidade da OIT de proporcionar assistência técnica aos seus membros. Além disso, aumentamos a capacidade que o Departamento do Trabalho tem de proporcionar assistência técnica bilateral aos ministérios do trabalho em outros países.

Pretendemos dar continuidade às discussões e à colaboração com os nossos parceiros comerciais a respeito dos mecanismos para que possamos seguir em frente com a declaração ministerial de Cingapura de 1996, na qual os membros da OMC reiteraram o seu compromisso com a observância das normas de trabalho básicas, reconhecidas internacionalmente. Continuamos esperando que possa ser encontrada uma maneira de tratar da questão trabalhista de maneira construtiva, na OMC, que complemente os esforços de outras organizações multilaterais e que resulte em benefícios para os trabalhadores e suas famílias no mundo inteiro. □

□ INTEGRANDO AS PRIORIDADES DO MEIO AMBIENTE AO COMÉRCIO

John J. Audley, Coordenador de Política Ambiental e Comércio da Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos [U.S. Environmental Protection Agency]

Os Estados Unidos buscam uma maior integração entre as questões ambientais e a política comercial, mas reconhecem que a maior parte dos países se opõem a essas ligações, diz John J. Audley, coordenador de política ambiental e comércio da Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos.

Os indivíduos encarregados de elaborar as políticas nos Estados Unidos apóiam as providências que a Organização Mundial do Comércio (OMC) tomou no que se refere ao meio ambiente e ao comércio, mas acham que deve haver maior transparência e rastreabilidade na OMC, diz Audley. Os Estados Unidos também são favoráveis aos esforços para a proteção ambiental em todo o mundo, à melhor coordenação entre as organizações intergovernamentais e novas maneiras de incorporar as questões ambientais às negociações dos acordos comerciais.

As atuais normas comerciais podem ser usadas para negociar acordos que combinem as questões comerciais e ambientais, ele diz, citando os esforços para o estabelecimento de um acordo para eliminar os subsídios que estimulam a pesca em excesso.

No decorrer do ano passado, o presidente Clinton pediu ao seu governo que desenvolvesse um plano "para humanizar a economia global" através de maior consideração com a questão trabalhista e de maior abertura nos procedimentos da Organização Mundial do Comércio. O presidente acredita firmemente que "uma animada concorrência entre as nações" nunca deve se transformar em uma "corrida para o fundo da proteção ambiental".

No entanto, a integração do desenvolvimento sustentado às negociações comerciais é um conceito relativamente novo, um conceito do qual algumas pessoas têm raiva, ao passo que outras têm medo. Durante a Reunião Ministerial de dezembro de 1999 da OMC, em Seattle, o governo se esforçou muito para enfrentar esse desafio, mas não conseguiu obter o consenso necessário para tornar realidade o ideal do presidente. Como resultado disso, os Estados Unidos precisam redobrar os seus

esforços no sentido de trabalhar com outros países para obter um consenso para integrar os princípios do desenvolvimento sustentável a todos os aspectos das negociações comerciais.

AVALIANDO A SITUAÇÃO

Os Estados Unidos iniciaram os seus esforços para integrar a questão ambiental à questão comercial, reconhecendo que a maior parte dos países rejeitam as tentativas de ligar as questões ambientais às negociações comerciais. Alguns países acreditam que o ato de ligar a liberalização do comércio a altos padrões de proteção ambiental inibirá o crescimento econômico de que eles tanto precisam. Outros resistem à imposição das prioridades ambientais de um país mais poderoso como uma nova forma de "colonialismo ambiental" — protecionismo disfarçado de legislação ambiental.

A OMC, deve-se notar, já começou a enfrentar o desafio da integração entre o meio ambiente e o comércio. Os acordos finais das negociações da Rodada Uruguaí do Acordo Geral de Tarifas e Comércio que resultaram na criação da OMC incluíam um compromisso por parte dos países da OMC no sentido de buscar o crescimento econômico de acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável. Em 1994, os membros concordaram em estabelecer o Comitê de Comércio e Meio Ambiente da OMC [WTO Committee on Trade and Environment (CTE)], que começou a estudar a relação entre o comércio e o meio ambiente. No decorrer dos últimos cinco anos, a OMC vem tomando várias providências com o objetivo de apresentar maior rastreabilidade junto ao público e maior equilíbrio entre as prioridades do comércio e do meio ambiente. Por exemplo, a divulgação de documentos em tempo hábil se tornou um fato rotineiro. Além disso, a OMC estabeleceu canais informais de comunicação em meio à sociedade civil: o Secretariado da OMC, atualmente, se reúne regularmente com organizações não-governamentais (ONGs) e tem se envolvido em programas de ajuda a grupos no mundo inteiro.

Embora essas providências sejam reconhecidamente modestas, o seu impacto no comportamento da OMC tem sido significativo. Durante a Reunião Ministerial de Seattle, quase 3.000 ONGs se inscreveram para participar da conferência, o que lhes deu acesso nunca antes visto aos membros das delegações e às últimas notícias sobre as negociações. Essas mudanças também influenciaram a análise que a OMC faz dos fatos. Em um recente relatório intitulado "Trade and the Environment" [Comércio e o Meio Ambiente], a OMC reconheceu que as forças competitivas resultantes da liberalização do comércio podem exercer pressão sobre a regulamentação ambiental. A organização reconheceu que a liberalização do comércio, por si só, não poderá garantir a proteção do meio ambiente, nem a melhoria das condições de vida. Ela também argumentou que a regulamentação comercial é o meio menos eficaz de proteger o meio ambiente contra os danos causados pela atividade humana. Ela defendeu a negociação simultânea de acordos ambientais multilaterais mais fortes e mais eficazes para ajudar a garantir que a liberalização do comércio e a proteção ambiental funcionem lado a lado para proporcionar vidas melhores e mais saudáveis para todos.

Um dos objetivos dos Estados Unidos para a Reunião Ministerial de Seattle era dar continuidade ao progresso que já foi feito pela OMC e pelos seus membros no sentido de integrar o meio ambiente e o comércio. Sabíamos que se quiséssemos ser bem sucedidos, tínhamos que reconhecer as verdadeiras preocupações apresentadas por algumas pessoas em relação aos esforços para relacionar a liberalização do comércio à proteção ambiental. Os países não deveriam se esconder por trás de políticas protecionistas que se fazem passar por leis ambientais. Ao mesmo tempo, eles não devem causar danos ao meio ambiente, em nome da liberalização do comércio. O caminho para se enfrentar o duplo desafio da liberalização do comércio e a melhoria na proteção ambiental nos impulsiona rumo a um sistema de comércio, baseado em normas, que integra a proteção otimizada ao meio ambiente à liberalização do comércio, e não de marcha-à-ré rumo ao comércio liberalizado baseado apenas na premissa de que mais comércio é sempre melhor.

HUMANIZANDO A ECONOMIA GLOBAL

Reconhecendo a enorme tarefa que nos espera, os Estados Unidos haviam proposto que os países adotassem a seguinte agenda para o meio ambiente durante a Reunião Ministerial de Seattle.

Transparência e Rastreabilidade: A mais importante iniciativa na área ambiental que os Estados Unidos propuseram durante a reunião ministerial foi melhorar a transparência e a rastreabilidade da OMC em relação às pessoas no mundo inteiro. O nosso plano para atingir este objetivo tinha duas principais componentes. Primeiro, como parte da revisão quinquenal do Acordo Para a Resolução de Disputas [Dispute Settlement Understanding] (DSU), os Estados Unidos se esforçaram para atingir os seguintes objetivos:

- Permitir o acesso do povo a toda a documentação a ser apresentada aos governos.
- Permitir que as partes afetadas apresentem suas próprias opiniões perante o painel de resolução de disputas.
- Proporcionar o acesso do público aos trabalhos (não às deliberações).
- Assegurar que todas as decisões do painel sejam publicadas imediatamente.

O segundo componente da agenda de transparência era garantir um compromisso da OMC e dos seus membros no sentido de negociar soluções formais para as deliberações entre o Secretariado e a sociedade civil. Não oferecemos nenhuma solução específica para este desafio, mas pedimos aos países que se comprometessem no sentido de trabalhar em conjunto e criar esse canal até o fim do primeiro exercício das negociações formais.

Para os Estados Unidos, o acesso à informação e a oportunidade de assistir aos trabalhos são essenciais para o nosso sistema de governo. Maior abertura e rastreabilidade contribuem não apenas para os esforços para proteger o meio ambiente, mas também melhoram a compreensão, por parte do público, das normas comerciais e do comportamento institucional. Ouvindo os pareceres e os comentários compartilhados pelas partes interessadas, a transparência também mantém viva a promessa de melhores normas e de um comportamento institucional mais responsável.

Melhorar a Capacidade de Estabelecer Elevados Padrões:

A segunda grande iniciativa relacionada à questão ambiental foi tratar da necessidade de melhorar os esforços para a proteção ambiental no mundo inteiro. A legislação ambiental em nível nacional e internacional — não os acordos comerciais — é o veículo mais eficaz para a melhoria da proteção ambiental.

Os Estados Unidos deram início a dois projetos para ajudar a enfrentar esse desafio. Primeiro, examinamos a atual assistência internacional proporcionada pelos Estados Unidos para fins de capacitação e verificamos que muitos dos atuais projetos coincidem com os objetivos mais específicos de liberalização do comércio. O ato de compartilhar tecnologia e recursos para ajudar os governos a proteger o ar e os recursos hídricos, produzir uma energia mais limpa e gerenciar, de maneira responsável, os produtos químicos e os resíduos perigosos, traz benefícios, tanto ambientais quanto comerciais. Segundo, propusemos que os membros da OMC redobrassem os seus esforços para proporcionar assistência técnica, para garantir que os países mais pobres fossem capazes de se beneficiar inteiramente da globalização. Trabalhando com muitos países em desenvolvimento, os Estados Unidos propuseram melhorias no acordo de assistência técnica assinado pelos ministros do comércio durante a Reunião Ministerial da OMC em Cingapura, em 1996. De acordo com a proposta, os países deveriam trabalhar com os cidadãos e com os especialistas locais para dar prioridade às suas necessidades de assistência técnica. Trabalhando com outras organizações intergovernamentais como o Banco Mundial, a OMC e os seus membros coordenariam os recursos financeiros e técnicos para ajudar os países a cumprir suas obrigações comerciais.

Melhorar a Coordenação e a Colaboração Entre as Organizações Intergovernamentais: Com relação à nossa proposta de enfatizar a assistência técnica e aperfeiçoar as normas nacionais de proteção ambiental, os Estados Unidos propuseram que a OMC e outras organizações intergovernamentais (IGOs) desenvolvessem e mantivessem melhores relações de trabalho. A OMC é uma das muitas IGOs cujo trabalho é essencial para se conseguir um futuro sustentável. A promoção da maior colaboração entre essas organizações as ajudará a compartilhar a sua competência e experiência, melhorando, portanto, as políticas de cada uma delas. Mais particularmente, ficamos muito satisfeitos com o fato de que a OMC e o Programa Ambiental das Nações Unidas anunciaram o estabelecimento de uma relação formal de trabalho. Para promover o fortalecimento das relações, o presidente Clinton, quando estava em Seattle, convocou uma reunião dos líderes das principais IGOs. A maior colaboração entre as IGOs é um componente essencial de qualquer esforço abrangente para promover o desenvolvimento sustentável por meio da liberalização do comércio.

Integrar as Considerações Ambientais aos Acordos Comerciais: O componente final da nossa agenda era determinar como levar as questões ambientais em consideração no decorrer das negociações dos acordos comerciais. Nos Estados Unidos, nós acreditamos que tais esforços começam com uma avaliação dos efeitos em potencial da liberalização do comércio sobre o meio ambiente e as condições de vida. Portanto, em novembro, o presidente Clinton assinou um ato do executivo determinando que os Estados Unidos fizessem avaliações ambientais de todos os principais acordos ambientais. Nesta nova abordagem no que se refere à política comercial, as posições dos Estados Unidos nas negociações terão o benefício das informações, descrevendo as implicações ambientais em potencial de objetivos específicos de negociações comerciais. Os Estados Unidos reconhecem que há muito o que fazer antes que tais avaliações possam proporcionar, aos negociadores, o tipo de detalhes de que eles necessitam para tratar alguns dos problemas comerciais e ambientais mais delicados. De qualquer forma, fazer com que esse procedimento se torne parte de todas as negociações dos Estados Unidos é um primeiro passo importante. Os Estados Unidos também reconhecem que muitos outros países decidiram fazer suas próprias avaliações, e esperamos que essas informações sejam compartilhadas entre os países enquanto aperfeiçoamos as metodologias das avaliações ambientais relacionadas aos acordos comerciais.

Embora as avaliações ambientais dos acordos comerciais possam ainda estar no nascedouro, os Estados Unidos decidiram que há meios de fazer com que as normas comerciais atuais se tornem instrumentos para promover a proteção ambiental. Por exemplo, sabemos que normas comerciais adequadamente negociadas podem ajudar a eliminar os subsídios que são prejudiciais ao meio ambiente e que servem de estímulo ao uso inadequado e aos abusos. Portanto, os Estados Unidos identificaram como principais objetivos que trazem vantagens para todos, nas negociações, a eliminação dos subsídios que promovem a pesca em excesso, o que põe em perigo a população mundial de peixes, e a eliminação dos subsídios à agricultura, que são prejudiciais. Além disso, temos o compromisso de eliminar as tarifas que trazem complicações para o comércio de produtos e serviços relacionados ao meio ambiente.

Finalmente, os Estados Unidos propuseram que o Comitê da OMC para as Questões Comerciais e Ambientais

[WTO Committee on Trade and Environment (CTE)]
funcionasse como um espaço para que os países compartilhassem informações a respeito de questões comerciais e ambientais, e para explorar maneiras de promover o desenvolvimento sustentável. Não propusemos que o CTE interferisse com as negociações entre os governos propriamente ditos. Em vez disso, enfatizamos o fato de que, para ter credibilidade, o CTE deveria, mais cedo ou mais tarde, se transformar em um ambiente no qual as pessoas e os governos pudessem trocar idéias sobre questões comerciais e ambientais para ajudar a estabelecer o consenso essencial para ajudar a OMC a tomar as difíceis decisões a respeito de política comercial.

UMA VISÃO A LONGO PRAZO

O plano que propusemos, de integrar o meio ambiente à elaboração das políticas comerciais, é uma visão a longo prazo, que não começará a aliviar a tensão entre a liberalização do comércio e a proteção ambiental imediatamente. Os governos continuarão (e devem continuar) a usar as normas da OMC para determinar se as normas de outro país foram ou não desenvolvidas para atingir objetivos legítimos de política ou proteger as indústrias locais contra a concorrência internacional. Além disso os governos devem continuar a tomar as medidas apropriadas para proteger os recursos naturais nacionais e internacionais para garantir que as gerações futuras possam se beneficiar de um planeta saudável em toda a sua plenitude. □

❑ O QUE ACONTECEU EM SEATTLE NÃO SIGNIFICA QUE PARAMOS DE PROGREDIR

Max Baucus, senador dos EUA pelo estado de Montana

Embora, durante a reunião ministerial da OMC em Seattle, não tenha sido possível dar início a uma nova rodada de negociações para a liberalização do comércio, a reunião não assinalou o retorno das barreiras comerciais, diz o senador Max Baucus, do estado de Montana. Enquanto a OMC se reorganiza, os Estados Unidos devem tomar providências específicas para dar prosseguimento ao processo de liberalização do comércio, ele diz. Essas providências incluem o apoio à admissão da China na OMC, a liderança no esforço de tornar as operações da OMC mais abertas e uma enérgica campanha em prol do livre comércio bilateral, ele diz.

As pessoas encarregadas da elaboração das políticas nos Estados Unidos devem também usar este período para estabelecer um meio termo na difícil questão do comércio e do meio ambiente, diz Baucus. Isso inclui o problema das discrepâncias entre a OMC e alguns acordos ambientais multilaterais, e a eliminação dos subsídios que são prejudiciais para o meio ambiente.

Agora que acabou a agitação a respeito de Seattle, é hora de examinar friamente a política internacional de comércio e traçar um rumo para o futuro. O ponto de partida deve ser uma avaliação do que a fracassada Reunião Ministerial da Organização Mundial do Comércio demonstrou e o que ela não demonstrou.

O QUE FICOU DEMONSTRADO NA REUNIÃO DE SEATTLE...E O QUE NÃO FICOU

A incapacidade de chegar a um acordo em Seattle mostrou que os membros da OMC, como declarou Charlene Barshefsky, representante Comercial dos Estados Unidos, simplesmente não estão prontos para ir em frente e tratar das principais questões. A União Européia não está preparada para desmontar o seu esquema de subsídios agrícolas que é desastroso, tanto sob o ponto de vista econômico quanto ambiental. Os países em desenvolvimento não estão preparados para tratar das normas trabalhistas e das questões ambientais. Os Estados

Unidos não estão preparados para discutir as leis destinadas a remediar as questões comerciais.

A reunião de Seattle também provou que o público não pode mais ficar afastado das decisões que afetam o bem-estar de todos. Nas ruas de Seattle, longe das salas de reunião do centro de convenções, eu presenciei uma expressão de preocupação generalizada com o rápido ritmo das mudanças. O rápido progresso tecnológico resulta em progresso material para muitos de nós, mas não para todos. Esses progressos também podem comprometer importantes valores sociais que definem o caráter nacional dos Estados Unidos, valores como o respeito pela dignidade humana, um meio ambiente seguro e oportunidades econômicas compartilhadas. O que nós fazemos internacionalmente deve refletir esses valores.

A impossibilidade de iniciar novas negociações comerciais em Seattle não significa que os membros da OMC, agora, vão dar meia-volta. Alguns observadores acham que o fato de não seguir em frente significa um retrocesso, significa o não cumprimento de compromissos anteriores. Isso não aconteceu. A reunião fracassada de Seattle não representa o começo do fim do livre comércio mundial. Embora não tenham conseguido entrar em um acordo sobre novas negociações, os governos não erigiram novas barreiras. Em vez disso, as normas atuais, imperfeitas e cumpridas de maneira pouco transparente, ainda regem a maior parte do comércio mundial.

Seattle não sinalizou uma nova era na qual manifestantes não eleitos determinam políticas internacionais. A minoria irresponsável que apelou para a violência não desestruturou a reunião. A maioria responsável, reunindo grupos diversos com objetivos às vezes conflitantes, não impediu o progresso. Com ou sem protestos nas ruas, as autoridades da área comercial não poderiam ter chegado a um acordo sobre o início de uma nova rodada de negociações. As questões que elas enfrentaram eram novas demais (comércio eletrônico), difíceis demais (segurança quanto aos alimentos) ou polêmicas demais (a questão

trabalhista). Mas os manifestantes deixaram claro que a OMC não pode mais funcionar a portas fechadas. Os seus métodos, segundo os quais pequenos grupos fazem acordos, não funcionarão na atual organização, que tem 135 membros.

AS PRÓXIMAS ETAPAS PARA OS ESTADOS UNIDOS

Seattle não deve significar o fim do esforço para incrementar a liberdade de se fazer negócios internacionalmente. A incapacidade da OMC de seguir em frente não deve fazer com que os Estados Unidos parem. Precisamos progredir. Há quatro coisas específicas que os Estados Unidos devem fazer.

Primeiro, devemos aceitar as concessões comerciais que a China nos ofereceu como parte do seu esforço para se tornar membro da OMC. Essas concessões abrirão o mercado chinês às nossas exportações e, ao fazer isso, farão com que a China evolua no sentido de se tornar uma sociedade mais aberta. Talvez a China nunca compartilhe os nossos valores. Ela tem milhares de anos de história durante os quais ela enveredou por um caminho diferente. Mas ao se expor aos produtos e serviços dos Estados Unidos, ela também se expõe à influência dos Estados Unidos.

As pessoas que se opõem ao comércio dos Estados Unidos com a China acreditam que os Estados Unidos podem usar o ingresso na OMC para arrancar ainda mais concessões daquele país. Essas pessoas estão enganadas. Após 13 anos de negociações, a China não fará novas concessões em questões que são importantes para nós, como os direitos humanos, as normas trabalhistas e o meio ambiente. Em vez disso, eles simplesmente irão fazer negócios com outros parceiros. Perderemos essa chance para a Europa, para o Japão, e para outros países.

Segundo, precisamos tornar a OMC mais aberta. Atualmente, o comércio internacional afeta, de maneira dramática, o dia-a-dia das pessoas de formas que anteriormente, ninguém podia imaginar. As decisões comerciais não podem ser tomadas secretamente. Precisamos permitir que cidadãos preocupados e organizações não-governamentais participem do processo. Nos Estados Unidos, temos procedimentos para adotar regulamentos federais que obrigam o governo a informar o público sobre o que está sendo feito e a levar os comentários do público em consideração. A OMC deve funcionar com um nível de transparência equivalente.

Nesse aspecto, os Estados Unidos devem liderar pelo exemplo. Devemos dar o primeiro passo, adotando procedimentos de recebimento de opiniões do público para as delegações que representam os Estados Unidos na OMC. Nossas ações na OMC devem ter o mesmo nível de abertura que exigimos da nossa regulamentação interna. Em seguida devemos convidar os países que têm mentalidade similar a fazer a mesma coisa, e assim devemos dar início a um processo para remover os véus da OMC.

CONTINUAMOS TRABALHANDO

Terceiro, precisamos seguir em frente. Em organizações de grande porte, que funcionam à base de consenso, como a OMC, o membro menos progressista frequentemente estabelece o ritmo das mudanças. Não podemos permitir que o parceiro mais relutante determine os termos do comércio. Os Estados Unidos precisam identificar e trabalhar com países de mentalidade similar para progredir, sempre que a OMC parar de evoluir.

Os Estados Unidos devem embarcar em um vigoroso programa para negociar acordos bilaterais de livre comércio até que a OMC esteja disposta a recomençar o processo multilateral. Os principais candidatos para uma primeira rodada são o Chile, Cingapura e a Coréia do Sul. Essas negociações bilaterais devem tratar de assuntos de cunho social, como a questão trabalhista e o meio ambiente.

Finalmente, devemos continuar a usar a OMC para defender os nossos interesses. Desde a criação da OMC, menos de cinco anos atrás, os Estados Unidos celebraram acordos importantes a respeito de questões como serviços financeiros e tarifas que incidem sobre produtos de alta tecnologia. Devemos trabalhar no âmbito da OMC para eliminar impostos destrutivos sobre o comércio em setores como as indústrias químicas, produtos de madeira, artigos relacionados ao meio ambiente e produtos da indústria de energia.

O COMÉRCIO E O MEIO AMBIENTE

Devemos aproveitar esse período que se aproxima para procurar um meio termo sobre uma das mais polêmicas questões que foram tratadas em Seattle: a relação entre o comércio e o meio ambiente. Os esforços dos Estados Unidos nesse sentido foram prejudicados pela falta de consenso no nosso próprio país sobre como agir. Precisamos estabelecer esse consenso identificando uma

área comum entre a comunidade empresarial e os grupos ambientalistas, e em seguida precisamos expandir essa área comum.

Um bom lugar para começar é a discrepância real ou em potencial entre a OMC e certos acordos ambientais multilaterais (MEAs). Em âmbito nacional, devemos, antes de mais nada, tornar aberto o processo usado para negociar MEAs. As empresas e os ambientalistas concordam em uma coisa: falta transparência neste processo. Internacionalmente, precisamos encontrar um procedimento para regulamentar a compatibilidade dos MEAs com os acordos comerciais. As medidas tomadas em conformidade com um MEA legítimo não devem ser questionadas pela OMC.

Existem duas formas de se tratar dessa questão. Uma delas é "patrocinar" acordos ambientais específicos, como fizemos no caso do Acordo Norte Americano de Livre Comércio [North American Free Trade Agreement]. Poderíamos começar criando uma área de proteção para o Protocolo de Montreal Sobre Substâncias Que Consomem a Camada de Ozônio e para a Convenção Sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de Fauna e Flora Silvestres [Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora (CITES)]. Esta área de proteção protegeria o Protocolo de Montreal e a CITES contra iniciativas comerciais na OMC nas quais os países registraram queixa referente ao não cumprimento de normas comerciais. A outra maneira é descrever as características de um MEA que será automaticamente protegido.

Além de trabalhar com os MEAs, precisamos eliminar todas as tarifas sobre os produtos do meio ambiente. Os empresários e os ambientalistas estão de acordo no que diz respeito a esta medida. Ela reduziria o custo da tecnologia ambiental — tudo, desde o tratamento de esgoto até os catalisadores e a filtragem da água proveniente do lençol freático. As empresas americanas detêm a liderança nesse campo, e portanto as tarifas reduzidas ajudarão a aumentar as exportações dos Estados Unidos. Eu apreentei um projeto de lei dando autoridade ao presidente para reduzir as tarifas ambientais, e eu espero que essa lei seja aprovada quando o recesso de parlamentar terminar.

Os empresários e os ambientalistas também concordam com a necessidade de eliminar os subsídios que causam danos ao meio ambiente. Em casos como a pesca e a agricultura, os subsídios estimulam práticas que são ao

mesmo tempo econômica e ambientalmente prejudiciais. A limitação desses subsídios faz sentido, e muito, tanto sob o ponto de vista econômico quanto ambiental. Eu gostaria que os subsídios à pesca fossem totalmente eliminados. Os subsídios à exportação de produtos agrícolas também deveriam ser eliminados no mundo inteiro, apesar da oposição por parte da União Européia. Além disso devemos começar a pensar seriamente em reduzir os subsídios aos produtos agrícolas no mundo inteiro.

Finalmente, devemos tratar do subsídio conhecido como subsídio da poluição. Quando digo isso eu me refiro à prática de manter os padrões ambientais baixos de modo a distorcer o comércio, diminuindo os custos de produção para o poluidor e fazendo com que os contribuintes paguem a diferença através de custos maiores de tratamento de saúde e de limpeza ambiental. Essa é uma questão difícil.

Uma questão ligada a esse problema é a questão dos PPMs — métodos e processos de produção. A maneira pela qual um produto é produzido afeta o meio ambiente. Os exemplos disso incluem a maneira pela qual a pesca do camarão afeta as tartarugas marinhas, e a maneira pela qual a exploração da madeira afeta as espécies, a poluição da água e a demanda de materiais reciclados. As normas comerciais já permitem que se leve em consideração a maneira pela qual um produto é fabricado. As normas a respeito dos direitos à propriedade intelectual (IPR) tratam, essencialmente, dos PPMs. Os IPR foram um assunto difícil e polêmico durante a Rodada Uruguai, mas nós lidamos com a questão. Devemos fazer a mesma coisa com os PPMs ambientais.

Eu percebi que a emoção mais comum em Seattle era a raiva. Precisamos, agora, superar isso e dar continuidade ao importante trabalho de elaborar as forças da globalização para melhorar as vidas das pessoas no mundo inteiro. Não podemos elaborar essas forças se ficarmos parados. Precisamos continuar a trabalhar em prol do comércio internacional, especialmente no que se refere ao meio ambiente. □

❑ NEGOCIAÇÕES SOBRE O COMÉRCIO NA OMC: SEGUINDO EM FRENTE APÓS A REUNIÃO DE SEATTLE

Jeffrey Schott, Pesquisador Sênior do Instituto Internacional de Economia [Institute for International Economics]

Não houve vencedores na fracassada reunião da OMC em Seattle, nem mesmo as pessoas que se opõem à OMC, diz Jeffrey Schott, pesquisador sênior do Instituto Internacional de Economia [Institute for International Economics].

Schott diz que talvez os maiores perdedores tenham sido os países em desenvolvimento que dependem de um sistema de comércio que funcione bem. Ele também alerta para o fato de que quanto mais tempo se demorar para iniciar as negociações sobre o comércio global, maior será o risco de as políticas agrícolas protecionistas da Europa e do Japão enfrentarem retaliação por parte dos Estados Unidos.

"Se novas negociações comerciais forem reiniciadas este ano... os membros da OMC terão que demonstrar maior flexibilidade nas suas posições básicas", Schott diz. Ele recomenda, como primeiro passo, antes do lançamento de novas negociações comerciais, reformas institucionais dentro da OMC, incluindo maior cumprimento das determinações de resolução de disputas e procedimentos de tomada de decisão mais transparentes.

O colapso da Reunião Ministerial de Seattle, da Organização Mundial do Comércio (OMC) em dezembro de 1999, lançou uma nuvem escura sobre o sistema de comércio ao entrarmos no século XXI. Novas conversações sobre o comércio global foram adiadas e será difícil iniciá-las antes da próxima eleição presidencial nos Estados Unidos.

Os opositores da OMC tomaram novo alento. O ato de impedir o início das novas negociações comerciais é visto como uma nova etapa rumo ao seu objetivo final de reestruturar o sistema mundial de comércio e, mais cedo ou mais tarde, inverter o atual processo de liberalização do comércio. Esses grupos consideram a derrota em Seattle como a sua maior vitória até agora, após o recente colapso das negociações a respeito de um Acordo Multilateral Sobre Investimentos e a derrota da autoridade de negociação em "via rápida", nos Estados Unidos, que prejudicou a participação dos Estados Unidos e conseqüentemente tornou mais lento o

progresso no que se refere a uma série de iniciativas comerciais bilaterais e regionais.

Os manifestantes certamente fizeram confusão em Seattle e complicaram os esforços dos delegados da OMC na negociação dos termos de referência para uma nova rodada de negociações comerciais. O tempo perdido devido aos protestos criou problemas adicionais para os negociadores que já estavam lidando com sérias restrições de tempo. Mas no final das contas a reunião da OMC foi vítima de sérios e significativos desentendimentos entre as principais nações na área comercial a respeito da futura agenda para novas negociações comerciais. Nesse aspecto, o principal estrago foi causado pela OMC a si própria.

Apesar de um agressivo discurso a respeito do valor de novas negociações comerciais, os líderes da OMC, os países do grupo conhecido como Quad (Estados Unidos, União Européia, Japão e Canadá), exigiram a liberalização no exterior mas foram reticentes na hora de discutir a reforma das suas próprias barreiras comerciais, que protegem setores politicamente sensíveis das suas economias. Os Estados Unidos queriam cortes profundos nos subsídios às fazendas, mas se opuseram aos esforços para cortar as mais altas tarifas industriais dos Estados Unidos ou reformar as normas antidumping, e insistiram em falar sobre normas de trabalho mas não sobre os serviços para os trabalhadores. Da mesma forma, a Europa e o Japão se opuseram a reformas significativas na área agrícola mas estavam procurando iniciar novas negociações a respeito da política de investimento e concorrência, e o Canadá e a Europa exigiram isenções especiais para as suas indústrias culturais, as quais, sem exceção, sofreram oposição por parte dos Estados Unidos. Resumindo, os membros do grupo Quad não conseguiram entrar em um acordo entre si, e também não conseguiram estabelecer um consenso entre os membros da OMC a respeito do lançamento de novas negociações comerciais.

Caso as novas negociações comerciais se iniciem este ano, tanto os países desenvolvidos quanto os países em

desenvolvimento terão que ser convencidos de que as suas principais preocupações estão sendo tratadas à mesa de negociações. Para fazer isso, os membros da OMC terão que ter mais flexibilidade nas suas posições básicas e terão que corrigir as falhas nos procedimentos de tomada de decisões e de resolução de disputas que impediram o progresso em Seattle.

Infelizmente parece que as autoridades da área comercial não compreenderam completamente os problemas levantados na reunião de Seattle nem as mudanças necessárias para promover o consenso entre os 135 países membros da OMC a respeito da agenda para novas negociações comerciais em nível mundial. A "agenda incluída" da OMC pode ir em frente no que se refere à agricultura e serviços, mas qualquer pessoa que tenha acompanhado as negociações anteriores em Genebra sabe que essas negociações ficarão paradas até os principais países na área comercial demonstrarem a sua vontade política de entabular negociações mais amplas e reformar as suas próprias barreiras comerciais.

Para compreender melhor o que precisa ser feito, primeiro farei uma breve descrição dos "Perdedores de Seattle" e dos problemas que foram apresentados no fiasco de Seattle. Em seguida falarei sobre o que precisa ser feito como pré-requisito para que sejam iniciadas novas negociações comerciais.

OS PERDEDORES DE SEATTLE

O comércio é freqüente e incorretamente considerado como um jogo em que o resultado é zero de um lado e um valor do outro lado, com vencedores e perdedores. Apesar da audaciosa retórica das forças contrárias à globalização após a reunião da OMC, no entanto, Seattle só teve perdedores (com a possível exceção dos anarquistas que não foram processados).

Os Estados Unidos perderam. O mercado americano, é sem dúvida, o mais aberto do mundo. Nossos parceiros comerciais, particularmente os países em desenvolvimento, teriam que se comprometer no sentido de fazer reduções muito maiores nas suas atuais barreiras comerciais do que aquelas que teriam sido exigidas dos Estados Unidos. Em vez disso, a existência dessas barreiras foi prolongada pelo atraso no início das novas negociações da OMC. Tanto os Estados Unidos quanto os seus parceiros serão prejudicados.

A União Européia e o Japão também perderam. Ambos estarão sofrendo menos pressão dos seus parceiros comerciais para reformar os seus setores agrícolas altamente protegidos a curto prazo, mas estarão mais próximos do fim da validade da "cláusula da paz" que os protege dos desafios da OMC aos seus programas agrícolas. Quanto maior for o atraso em entabular negociações agrícolas significativas, maior será o risco de que as disputas agrícolas bilaterais, na área comercial, com os Estados Unidos, provoquem a retaliação dos Estados Unidos nos casos em que as suas práticas não estiverem em conformidade com as normas da OMC. Nesse particular, o resultado de Seattle atrasou os esforços para remediar as notórias falhas do mecanismo de resolução de disputa da OMC, particularmente na área de cumprimento das determinações dos painéis. As ambiguidades nas cláusulas de resolução de disputas têm sido motivo de muitos atritos entre os Estados Unidos e a União Européia nos casos que envolvem bananas e hormônios na carne bovina, e elas têm dificultado o trabalho dos principais parceiros comerciais do mundo no sentido de desenvolver e promover o consenso entre os membros da OMC no que se refere a uma agenda para novas negociações comerciais.

Talvez os países em desenvolvimento tenham sido os maiores perdedores. Esses países são os parceiros mais fracos no sistema comercial e os que mais dependem de um sistema multilateral, que funcione bem e que seja baseado em normas. Os esforços para fortalecer o sistema comercial e atribuir mais autoridade às normas comerciais da OMC regrediram devido ao colapso das conversações de Seattle, que evidenciaram os mais gritantes problemas institucionais da OMC. Preferências especiais para os países menos desenvolvidos, apresentadas em Seattle, foram canceladas, pelo menos temporariamente.

Os sindicatos dos trabalhadores perderam. Sua mensagem a respeito dos direitos dos trabalhadores se perdeu em meio ao ruído dos manifestantes mais violentos, que também foram alvo da maior parte da cobertura da mídia. Suas estridentes exigências durante as negociações comerciais, inadvertidamente reforçadas pelo presidente Clinton durante uma entrevista coletiva em Seattle, aumentaram as preocupações entre os países em desenvolvimento no sentido de que a iniciativa dos Estados Unidos tinha como objetivo puni-los em vez de ajudá-los a promover o comércio e o crescimento econômico. Como resultado, as possibilidades de incluir questões trabalhistas na agenda da OMC agora são ainda mais remotas.

Os detratores da OMC perderam. O ato de impedir o início de uma nova rodada de negociações comerciais não compromete os atuais direitos e obrigações da OMC, e nem remedia alguns dos reais problemas citados por esses detratores, que teriam sido tratados durante as negociações. Ironicamente, o fato de que o processo multilateral foi bloqueado serviu para reativar algumas iniciativas regionais de liberalização do comércio na América Latina e no Leste da Ásia. Essas negociações regionais envolvem os próprios países que foram alvo de críticas dos grupos ambientais e dos sindicatos. Além disso, apesar de os opositores terem, pelo menos temporariamente, prejudicado a participação dos Estados Unidos nessas negociações, o fato de que novos pactos regionais discriminam os países que não são se unem a eles significa que as firmas americanas perderão negócios para fornecedores de outros países, cujos governos e empresas podem estar menos inclinados a "usar" o comércio para promover as reformas do mercado de trabalho.

POSSIBILIDADES PARA O ANO-CALENDÁRIO 2000

Será difícil reviver a rodada de negociações da OMC sem um compromisso mais forte em relação à reforma, por parte dos Estados Unidos e da União Européia, das suas próprias barreiras comerciais, e a aceitação, pelos mesmos países, de uma agenda menos ambiciosa, com novas questões, particularmente no que diz respeito à área trabalhista. As repercussões da reunião de Seattle, o debate que ocorrerá em um futuro próximo no Congresso dos Estados Unidos a respeito do acesso da China à OMC e as eleições dos Estados Unidos, que se aproximam, são fatores críticos que podem dificultar para o governo Clinton a tarefa de negociar reduções na barreiras comerciais dos Estados Unidos e podem aumentar a probabilidade de o governo promover iniciativas que refletem as preocupações do eleitorado ligado às questões trabalhista e ambiental. Portanto, pode ser difícil para os Estados Unidos reassegurar a sua tradicional posição de liderança no sistema de comércio após a eleição em novembro de 2000.

Embora seja preciso tempo e vontade política para se chegar a um acordo sobre a agenda para a próxima rodada de negociações da OMC, a tarefa poderia ser facilitada se os governos assumissem iniciativas para fortalecer a estrutura institucional da OMC e a sua capacidade de apoiar reformas nos países em desenvolvimento. Três questões abrangentes devem encabeçar a agenda da OMC

para o ano 2000: reforma do acordo para a resolução de disputas, reforma do processo de tomada de decisões e cooperação com outras organizações internacionais para apoiar as iniciativas para capacitação nos países em desenvolvimento.

A primeira tarefa deve ser melhorar o procedimento de resolução de disputas da OMC. A confiança em um sistema de comércio baseado em normas depende, em grande parte, da disposição dos parceiros comerciais mais poderosos de seguir as normas da OMC e de cumprir as suas determinações. Como ficou demonstrado nos casos das bananas e dos hormônios da carne bovina, as disposições de cumprimento precisam ser determinadas para assegurar que os países que não cumprem suas obrigações façam com que suas práticas se enquadrem mais rapidamente nas normas da OMC. Esta não é uma questão para a tradicional troca de presentes nas negociações da OMC; pelo contrário, esta deve ser uma questão em que todos os países membros devem agir antes do início das novas negociações, para assegurar que o sistema da OMC funcione de maneira equitativa e eficiente, e portanto proporcione a garantia de que os direitos e obrigações desenvolvidos nas novas negociações serão rigorosamente implementados.

Segundo, o processo de tomada de decisões da OMC precisa ser mais abrangente e mais eficiente. Parte do problema em Seattle era que muitos países com um interesse significativo no sistema comercial e nas negociações em perspectiva foram excluídos das deliberações na declaração ministerial. A OMC precisa desenvolver um sistema melhor para gerenciar o processo de tomada de decisões entre o seu grande número de países membros, cada vez mais ativos, que seja mais representativo e eficiente do que o atual processo de "Salão Verde". Esse processo, selecionando um pequeno grupo de ministros para tomar as decisões por todos em um ambiente fechado tem sido criticado pelas suas negociações de "sala dos fundos".

Finalmente, a OMC precisa fortalecer os seus laços com outras organizações internacionais, especialmente o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, para apoiar os esforços nos países em desenvolvimento, para aperfeiçoar sua infraestrutura econômica e capacidade administrativa; assim eles estarão mais aptos a implementar reformas econômicas. A assistência técnica é especialmente necessária em áreas como a propriedade intelectual e a regulamentação alfandegária, nos lugares em que as obrigações junto à OMC já foram cumpridas e

onde os países têm problemas para cumprir os seus compromissos de Genebra.

A promoção de reformas institucionais e o fortalecimento de ligações com outras organizações internacionais seriam iniciativas úteis a serem tomadas pela OMC em 2000. Os Estados Unidos e outros países membros da OMC devem cumprir essas tarefas imediatamente para facilitar o início de novas negociações comerciais multilaterais no início do próximo ano. □

Observação: As opiniões expressas neste artigo não refletem, necessariamente, as visões ou as políticas do governo dos Estados Unidos.

❑ O DESAFIO DO COMÉRCIO AGRÍCOLA: NADA MUDOU EM FUNÇÃO DA REUNIÃO DE SEATTLE

Bob Stallman, Presidente, Federação Americana dos Escritórios dos Produtores Rurais [American Farm Bureau Federation]

Em quaisquer negociações comerciais futuras da OMC, que envolverem a área agrícola, os negociadores americanos devem insistir em começar a partir do texto elaborado durante a reunião ministerial de dezembro em Seattle, diz Bob Stallman, o novo presidente da Federação Americana dos Escritórios dos Produtores Rurais.

Mesmo assim, ele diz, a sua organização continua decepcionada com o fato de o texto não ter utilizado uma linguagem mais forte sobre a eliminação dos subsídios à exportação. E ele avisa que manter a linguagem no texto sugerindo que outros países podem isentar mercadorias politicamente sensíveis da redução ampla de tarifas seria desastroso.

Stallman, plantador de arroz e criador de gado, de Columbus, Texas, foi eleito presidente da federação em janeiro.

Os protestos de uma série de grupos durante a reunião ministerial, em Seattle, da Organização Mundial do Comércio, não impediram o início de uma nova rodada de negociações para a liberalização do comércio. Da mesma forma, as negociações agrícolas também não fizeram com que todos fossem embora sem chegar a um acordo. No entanto, como sou uma pessoa que espera que uma rodada de negociações comerciais do milênio resulte em mais reformas de normas de comércio agrícola, eu fiquei duplamente decepcionado com as discussões que se seguiram à "Batalha de Seattle".

Apesar das argumentações de muitos manifestantes, de que a OMC é um órgão mundial, onipotente e soberano, o fato é que ela é uma burocracia que opera de acordo com o consenso dos seus 135 países membros. É difícil atingir esse tipo de consenso em quaisquer circunstâncias. Devido à complexidade das questões, não nos surpreende que os países membros da OMC não tenham conseguido chegar a um acordo final em Seattle.

Da mesma forma, as negociações que ocorreram sobre a área agrícola não devem levar a culpa. Na verdade, houve algum progresso nas questões agrícolas durante a semana

da reunião ministerial. A grande pergunta agora é se as negociações agrícolas deste ano vão continuar onde pararam em Seattle ou se vão voltar ao ponto de partida, o que seria um erro.

É importante observar que havia uma minuta de texto sobre agricultura na mesa — as discussões simplesmente não desmoronaram como algumas pessoas sugeriram. Como resultado, as pessoas que representam os interesses dos fazendeiros americanos insistirão para que os nossos negociadores usem esse texto como ponto de partida este ano. A Federação Americana dos Escritórios dos Produtores Rurais não ficou inteiramente satisfeita com ele, mas acreditamos que ele pode ser melhorado. Os nossos negociadores deveriam rejeitar qualquer tentativa de começar da estaca zero como a União Européia vem sugerindo após Seattle. Estamos muito insatisfeitos devido ao fato de que os nossos negociadores disseram que não vão levar as discussões sobre a produção agrícola em Seattle em consideração.

SEATTLE: RESUMO DOS FATOS

Acredito que houve algum progresso no que se refere à agricultura dos Estados Unidos em Seattle.

- A próxima rodada de negociações comerciais deverá ser concluída em três anos. A Rodada Uruguai acabou levando sete anos para ser concluída. Eu acho que a maior parte das pessoas concordaria com uma coisa: quanto mais tempo demorarem as negociações, mais difícil será chegar a um acordo.
- Parece que não houve muito apoio para a "colheita antecipada", isto é, a idéia de procurar acordos separados, antecipados, sobre questões não-agrícolas. Embora os Estados Unidos sejam a favor dessa idéia, a maioria dos grupos de fazendeiros é contra ela. Felizmente, a maioria dos outros países parece partilhar dessa opinião.
- Não houve uma reabertura do acordo sanitário/fitossanitário.

- As questões referentes ao bem-estar dos animais não foram incluídas na pauta de negociações.

Mas Seattle também trouxe decepções. A principal delas foi a falta de progresso no que se refere aos subsídios à exportação. O Escritório dos Produtores Rurais e a maioria dos grupos de fazendeiros dos Estados Unidos querem a completa eliminação dos subsídios à exportação. Este é o nosso objetivo número um. No entanto, o texto de Seattle pedia uma substancial redução dos subsídios à exportação, e pedia que as negociações progredissem “rumo à eliminação progressiva dos subsídios à exportação”. A linguagem reflete a oposição dos europeus à eliminação dos subsídios.

Seria um desvio se uma nova rodada de negociações comerciais que trate de agricultura não tentasse conseguir a completa eliminação dos subsídios à agricultura. Trata-se de uma prática usada, principalmente pela União Européia (UE), que é responsável por mais de 85 por cento das despesas do mundo para subsídios à exportação. Isso prejudica os fazendeiros não apenas nos Estados Unidos, mas também em outras nações, como a Austrália. Em comparação, os Estados Unidos são responsáveis por 2 por cento dessas despesas. Os nossos fazendeiros não podem competir com o tesouro da UE, e eles já estão cansados de ter que tentar. Os subsídios à exportação são desleais e devem acabar. Uma negociação comercial que foge desta questão fundamental não terá nenhuma credibilidade junto aos fazendeiros americanos.

SUBSÍDIOS E ACESSO AO MERCADO

No que diz respeito à questão do acesso ao mercado, em geral apoiamos o texto de Seattle, que pede a "liberalização mais ampla possível" e negociações "abrangentes". Mas pode haver um obstáculo problemático associado a essa abordagem. O texto pede que todas as mercadorias sejam colocadas na mesa no início das negociações e implica que os países podem isentar certas mercadorias mais tarde, no decorrer das negociações. Esta válvula de segurança pode acabar provocando um desastre. Se todos os países souberem desde o início que podem remover as mercadorias politicamente sensíveis das negociações, essas negociações certamente vão entrar em colapso porque não haverá mais o que negociar.

O Japão tem uma tarifa de 550 por cento sobre o arroz importado. A UE tem uma tarifa de 215 por cento sobre a carne bovina. O Canadá tem uma tarifa de 300 por

cento sobre a manteiga. Se removermos as nossas mercadorias sensíveis das negociações, adivinhe quais serão as mercadorias que essas nações vão remover. O Escritório dos Produtores Rurais pediu uma rodada de negociações sem exceções para produtos ou políticas. Certamente, todos os países — incluindo os Estados Unidos — vão querer que as suas mercadorias sensíveis à importação sejam protegidas, tanto quanto possível. E pode haver mecanismos comumente aceitos durante as negociações que consigam essa proteção. Mas nós não deveríamos entrar em uma nova rodada de negociações com todas as partes sabendo que elas podem simplesmente evitar negociar as questões mais espinhosas, simplesmente removendo-as da mesa.

Falando de questões delicadas, o Escritório dos Produtores Agrícolas acredita que a biotecnologia deve ser enfrentada de frente, por meio de negociações em uma nova rodada de negociações comerciais. Nossa posição é diferente da posição oficial dos Estados Unidos, segundo a qual deve ser formado um "grupo de trabalho". Nós não acreditamos que um "grupo de trabalho" vai resolver nenhum problema porque o grupo em si não implica em nenhuma obrigação legal. Um grupo de trabalho é, basicamente um grupo de discussão que fará um relatório contendo recomendações, para os ministros do Comércio. Precisamos de uma solução para o nosso problema de aprovação de exportação com a UE, no que se refere aos grãos geneticamente modificados. Infelizmente, acreditamos que um grupo de trabalho daria à UE o que ela precisa — um espaço no qual se pode discutir o assunto até acabar com ele.

Para ser justo com os nossos negociadores, devo observar que não há consenso entre os vários grupos americanos sobre a questão do grupo de negociação versus grupo de trabalho. Existe uma escola de pensamento segundo a qual como a maioria das nações ainda não produzem produtos desenvolvidos através da bioengenharia, eles não estão interessados em uma situação negociada. No entanto, eles se beneficiam dessa tecnologia. Portanto, o Escritório dos Produtores Rurais acredita que precisamos de uma solução com efeito legal a respeito da biotecnologia, não apenas na OMC, mas também bilateralmente com a UE.

MULTIFUNCIONALIDADE

A última entre as principais questões no que se refere à agricultura em Seattle está relacionada com o termo "multifuncionalidade". Ao participar das conversações,

ficou claro que a União Européia queria usar esse termo — que serviria como um reconhecimento de que a agricultura cumpre outras finalidades junto à sociedade além da produção de alimentos, e portanto merece o apoio do governo — incluído na estrutura das negociações. Nós nos opomos vigorosamente a essa proposta, e os nossos negociadores a mantiveram fora do texto da minuta. No entanto, o conceito, sem dúvida, acabou sendo levado em consideração. Em vez disso o texto dizia que as "questões não-comerciais" como a proteção do meio ambiente, garantia do fornecimento de alimentos, viabilidade econômica, desenvolvimento de áreas rurais e segurança na alimentação, devem ser consideradas.

A nossa preocupação é que essas questões poderiam ser usadas como uma cortina de fumaça para manter ou expandir práticas que distorcem o comércio. Acreditamos que se uma nação quiser fazer pagamentos aos produtores para que estes atinjam importantes objetivos no que diz respeito ao meio ambiente ou à sociedade, ótimo — desde que eles não sejam usados para pagar os seus produtores para cultivar produtos agrícolas ou criar gado. Os pagamentos amarrados à produção mantêm os produtores ao abrigo do mercado internacional e prejudicam os concorrentes.

Como muitos comentaristas já disseram, será difícil fazer com que uma nova rodada de negociações seja iniciada em 2000. Isso, contudo, não significa que um trabalho

significativo na agricultura não possa ou não deva prosseguir. Na verdade, os negociadores precisam continuar a conversar para que os membros da OMC cumpram a determinação da Rodada Uruguai (geralmente conhecida como "agenda incluída") para novas negociações sobre agricultura e serviços em 2000.

Acreditamos que é essencial que os Estados Unidos continuem a exercer liderança na reforma do comércio agrícola mundial. O mercado americano é o mais aberto do mundo, mas o apoio para mantê-lo aberto diminuirá — especialmente entre os fazendeiros — se outros mercados permanecerem fechados. Apesar do que aconteceu em Seattle, nós acreditamos que as negociações por meio da Organização Mundial do Comércio proporcionam a nossa melhor oportunidade de criar um sistema global de comércio. □

Observação: As opiniões expressas neste artigo não representam, necessariamente as opiniões e as políticas do governo dos Estados Unidos.

❑ OS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO QUEREM UMA RODADA DE NEGOCIAÇÕES – NAS CIRCUNSTÂNCIAS CERTAS

Jabulani Sikhakhane, Editor Itinerante do Financial Mail (África do Sul)

Os países em desenvolvimento preferiram o fracasso da reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Seattle a uma rodada de negociações tendenciosa, que favorecesse os países desenvolvidos, diz Jabulani Sikhakhane, editor itinerante do Financial Mail, da África do Sul. Alguns países em desenvolvimento, no entanto, gostariam que as negociações começassem logo, enquanto as suas posições ainda estão relativamente unidas, ele diz. Não tendo os recursos para participar de maneira adequada, os países em desenvolvimento se opõem a uma agenda de negociações abrangente, como a que foi proposta pela Europa e pelo Japão, ele diz.

Os países em desenvolvimento foram os principais perdedores devido ao fato de que a conferência ministerial da OMC não conseguiu chegar a um acordo sobre uma nova agenda comercial? O diretor geral da OMC Mike Moore acha que sim.

"Sinto-me particularmente decepcionado porque o adiamento das nossas deliberações significa que os benefícios que teriam sido obtidos pelos países em desenvolvimento e menos desenvolvidos agora terão que ser adiados, ao passo que os problemas enfrentados por esses países continuarão a se fazer sentir com a mesma intensidade". Moore disse por ocasião do encerramento da conferência de Seattle em dezembro.

Embora Moore tenha razão a respeito do impacto dos benefícios que serão adiados, a maior parte dos países em desenvolvimento não se consideram grandes perdedores devido ao fato de que a reunião ministerial de Seattle fracassou na sua tentativa de dar início à "Rodada do Milênio" de negociações comerciais. Para eles, o fracasso das negociações foi um resultado melhor do que uma agenda tendenciosa, que favorecesse os países ricos e industrializados.

Os países em desenvolvimento gostariam de ver uma revisão dos erros dos acordos da Rodada Uruguai, como por exemplo as medidas antidumping, sanitárias e

fitossanitárias, bem como as medidas referentes à propriedade intelectual sob o ponto de vista comercial (TRIPS).

Esses países compareceram a Seattle insatisfeitos devido ao resultado da Rodada Uruguai de negociações comerciais, que terminou em 1993. Um resultado que, na sua percepção, beneficiou, em grande parte, os países ricos e industrializados.

Eles acham que a agenda da Rodada Uruguai se concentrou nos setores econômicos nos quais os países industrializados tinham uma vantagem comparativa, e fez muito pouco no sentido de abrir certos setores, como a agricultura, os têxteis e a indústria do vestuário, nos quais as nações em desenvolvimento podem competir de maneira eficaz.

Como resultado desta agenda tendenciosa e do resultado da Rodada Uruguai, os países em desenvolvimento argumentam que eles tiveram que arcar com custos muito elevados na implementação da Rodada Uruguai, e que no entanto, isso resultou em muito poucos benefícios.

O Banco Mundial estimou o custo, para os países em desenvolvimento, para a implementação de apenas três dos acordos, em 150 milhões de dólares.

As nações em desenvolvimento argumentam que os países industrializados têm relutado em reduzir sua proteção aos setores como a agricultura, e na área de manufatura, têxteis, vestuário e calçados. Devido ao fato de que a agricultura é o setor predominante nas suas economias, a maior parte dos países em desenvolvimento, especialmente os menos desenvolvidos, considera o comércio mais livre de produtos agrícolas como a maior esperança de se beneficiar da integração econômica mundial.

PROTEÇÃO PARA A AGRICULTURA

Mas os países industrializados mantêm enormes fortalezas

em torno dos seus setores agrícolas. A Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento [United Nations Conference on Trade and Development] (UNCTAD), no seu Relatório Sobre Comércio e Desenvolvimento, de 1999, diz que os 29 países membros da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) [Organization for Economic Cooperation and Development] (OECD) gastaram, em média, 350 bilhões de dólares por ano em apoio à agricultura entre 1996 e 1998, um valor comparável ao do total de exportações agrícolas dos países em desenvolvimento, 170 bilhões de dólares.

"O efeito deste apoio à agricultura, seja sob a forma de subsídios diretos à exportação ou pagamentos diretos aos fazendeiros, é permitir que os produtos agrícolas sejam vendidos nos mercados domésticos e mundiais a preço de custo ou abaixo deste." Diz a UNCTAD. "O impacto sobre os produtores dos países em desenvolvimento pode ser significativo, não apenas por impedir a sua entrada nos mercados do norte, mas também pela concorrência desleal nos seus próprios mercados."

O órgão da ONU declara, ainda, que se os países desenvolvidos removessem os subsídios e outras formas de proteção dos seus setores agrícola e industrial, isso abriria oportunidades de exportações no valor de 700 bilhões de dólares para os países em desenvolvimento.

Considerando a influência política do eleitorado agrícola nos países desenvolvidos, especialmente nos 15 membros da União Européia (UE) e no Japão, essas nações podem achar que um compromisso no sentido de reduzir seus subsídios e outras formas de apoio aos seus fazendeiros é uma decisão politicamente difícil. Mas as nações industrializadas precisam tomar essas decisões politicamente difíceis se quiserem convencer os países em desenvolvimento de que elas não apenas estão agindo de maneira honesta no que se refere ao seu compromisso com o livre comércio mas também que o livre comércio beneficia a todos.

A CONFERÊNCIA DA UNCTAD: UMA PLATAFORMA PARA UMA DISCUSSÃO FRANCA

O desafio imediato enfrentado pelos países em desenvolvimento depois de Seattle é como eles podem se manter coesos no momento em que procuram seguir em frente com as negociações comerciais da OMC. Nesta análise das conversações de Seattle, o ministro do

Comércio da África do Sul Alec Erwin demonstra de maneira enfática até que ponto a África do Sul e outros países em desenvolvimento coordenaram de maneira bem sucedida as suas posições no que se refere a uma série de questões.

"Tenho a impressão de que as estreitas relações que foram desenvolvidas entre o Brasil, o Egito, a África do Sul, Singapura e a Tailândia — cujas posições eram muito próximas — tiveram um papel preponderante no processo de negociação propriamente dito em Seattle", ele disse, acrescentando que esta cooperação fez com que a Índia adotasse posições mais moderadas.

Erwin iniciou o ano novo com uma visita à Índia, onde ele se encontrou com o seu correspondente, o ministro do Comércio Musarole Maran, para consultas sobre a maneira pela qual a OMC deve proceder. Erwin tem planos de fazer mais consultas a outros países em desenvolvimento.

Essas consultas culminarão na 10ª conferência da UNCTAD em Bangcok, Tailândia, de 12 a 19 de fevereiro. Os países industrializados também comparecerão à conferência da UNCTAD, além dos dirigentes do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional e Moore, da OMC.

Além de proporcionar um ambiente para que as nações em desenvolvimento consolidem a sua coesão, a conferência da UNCTAD deve oferecer aos países industrializados uma oportunidade de "fazer as pazes" com os países em desenvolvimento. Além disso, a conferência deve dar a Moore uma plataforma para que ele possa se comunicar com os países membros da OMC.

Embora os países ricos e industrializados tenham diferenças nas suas abordagens a respeito da negociações comerciais, alguns países em desenvolvimento, como a África do Sul, argumentam que os países desenvolvidos, em última análise, têm interesses comuns. Por isso é necessário que os países em desenvolvimento mantenham, e até mesmo fortaleçam a sua coesão no sentido de fazer com que a agenda comercial progrida. Isto também explica porque a maior parte das nações em desenvolvimento querem retomar as negociações logo, antes que elas se dispersem.

Isso vai depender do nível de preparação dos países industrializados — principalmente os Estados Unidos, a

União Européia e o Japão — para diminuir as suas diferenças.

Uma das principais diferenças entre a UE e o Japão, de um lado, e os Estados Unidos, de outro lado, está relacionada com a extensão e a profundidade de qualquer nova agenda comercial. Os Estados Unidos querem que uma nova rodada se concentre na agricultura, serviços, e acesso ao mercado, além de tratar das questões dos países em desenvolvimento; a UE e o Japão querem uma agenda mais abrangente, incluindo normas de investimento e antimonopólio, e novas disciplinas sobre o uso das leis antidumping.

Mas a maioria dos países em desenvolvimento vêm as exigências dos europeus e dos japoneses, de uma agenda comercial abrangente, como sendo desleal, porque elas aumentam o pesado fardo que os países em desenvolvimento já estão carregando em termos de lidar com os efeitos da implementação dos acordos da Rodada Uruguai.

AS DESVANTAGENS DE UMA AGENDA ABRANGENTE

Uma agenda abrangente tem sérias implicações para os países em desenvolvimento, e uma das mais importantes é o fardo que ela imporá nos seus recursos financeiros e humanos, que já são limitados, para conduzir negociações. O *O Relatório de 1999 sobre o Desenvolvimento Mundial* indica que 19 dos 42 membros africanos da OMC não possuem representantes comerciais na sede da OMC em Genebra. Em comparação, cada país da OCDE, tem em média, pouco menos de sete representantes comerciais. A falta de representação ou a representação precária dos países em desenvolvimento em Genebra, prejudica seriamente a sua capacidade de participar dos progressos da OMC.

Na atual conjuntura, os recursos dessas nações em desenvolvimento com representação em Genebra já são muito limitados, devido ao grande número de reuniões da OMC (em média 46 por semana em 1996) e consultas em Genebra.

"Isso penaliza muito a capacidade que um país tem de manter em Genebra uma delegação numerosa, bem preparada e versátil, que possa participar de reuniões e consultas diárias que, em última análise, fazem com que o processo da OMC siga em frente", dizem os economistas Richard Blackhurst, Bill Lyakurwa e Ademola Oyejide em

um relatório solicitado pelo Banco Mundial antes das reuniões de Seattle. " Isso também realça a importância de se aprender fazendo, e do desenvolvimento de uma memória institucional, atributos que são consideravelmente diluídos devido ao fato de que as delegações não são suficientemente numerosas; além disso, essas delegações passam por freqüentes mudanças no seu quadro de pessoal.

Além disso os processos de tomada de decisões da OMC podem ser prejudiciais aos interesses dos países cujos recursos são limitados.

"O processo de tomada de decisões nos principais órgãos da OMC é, basicamente, uma questão de consenso, dentro da estrutura de igualdade dos membros", de acordo com Blackhurst, Lyakurwa e Oyejide. "Na verdade, isso deveria proteger os interesses dos membros menores e mais pobres contra as ações arbitrárias das nações maiores e mais ricas.

"Mas na realidade a tomada de decisões por consenso ocorre quando nenhuma objeção formal é feita por um membro presente na reunião em que a decisão é tomada. É claro que o processo atribui muita importância a ter uma presença permanente, ou talvez colocando a questão de forma mais exata, uma presença ativa e bem informada" eles concluem.

Apesar da ausência de representantes comerciais ativos e bem preparados tanto em Genebra quanto nos seus próprios territórios, os países em desenvolvimento continuam comprometidos com o sistema de comércio multilateral, que eles consideram o único caminho para se integrar melhor à economia mundial.

Eles também aceitam o fato de que somente a integração à economia global pode resultar em crescimento econômico mais rápido, melhores oportunidades de emprego e níveis reduzidos de pobreza nos seus territórios.

Neste aspecto, os países em desenvolvimento estão muito interessados em reiniciar as negociações para uma nova agenda comercial. Mas devido às suas experiências com a implementação dos acordos da Rodada Uruguai, as nações em desenvolvimento pedem que as nações ricas e industrializadas também se comprometam a rever os aspectos dos acordos da Rodada Uruguai que comprovadamente tiveram um efeito negativo sobre os países em desenvolvimento.

Além disso, os países em desenvolvimento precisam ser convencidos pelas nações industrializadas de que as exigências de que uma nova agenda comercial com uma base mais ampla, tratando de assuntos não comerciais, como a questão trabalhista e o meio ambiente, são, como diz o comissário da UE, Pascal Lamy, "mais do que apenas esforços para defender um nível de afluência que eles [os países em desenvolvimento] consideram um privilégio".

Sem esses compromissos por parte dos países industrializados, os países em desenvolvimento podem achar que um atraso na elaboração de uma nova agenda comercial é um mal menor do que uma dose de outra agenda tendenciosa que favoreça os interesses dos países ricos. □

Observação: As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente as opiniões e as políticas do governo dos Estados Unidos.

FATOS E NÚMEROS

□ UMA CRONOLOGIA DOS EVENTOS QUE RESULTARAM NA CRIAÇÃO DA OMC

1934 — O U.S. Reciprocal Trade Agreements Act [Lei dos Acordos Recíprocos de Comércio dos Estados Unidos] (uma emenda do Tariff Act of 1930 [Lei de Tarifas de 1930]) delegava ao presidente dos Estados Unidos o poder de fazer acordos recíprocos para reduzir tarifas. Até 1945, os Estados Unidos tinham feito 32 acordos bilaterais de redução de tarifas.

1944 — Uma conferência interna de 44 países em Bretton Woods, New Hampshire, Estados Unidos, concordou com a criação de um sistema global de divisas estrangeiras a uma taxa fixa, e abriu o caminho para a criação do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial e do Acordo Geral de Tarifas e Comércio.

30 de outubro de 1947 — Vinte e três nações concluíram o Protocolo de Vigência Provisória do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (geralmente conhecido como GATT), em Genebra, Suíça. A primeira rodada de negociações do GATT também resultou em 122 acordos de redução mútua de tarifas com disposições para o estabelecimento de zonas de livre comércio ou de mercado comum.

1º de janeiro de 1948 — O acordo do GATT entrou em vigor.

1949 — A segunda rodada do GATT, negociada em Annecy, França, resultou em 5.000 reduções de tarifas.

1950-1951 — A terceira rodada do GATT, negociada em Torquay, Inglaterra, resultou em 8.700 reduções de tarifas.

1956 — A quarta rodada do GATT, em Genebra, resultou em reduções de tarifas aplicáveis a 2,5 bilhões de dólares em negócios.

1960-1962 — A quinta rodada do GATT -- negociada em Genebra e conhecida como Rodada Dillon, em homenagem ao chefe da equipe de negociação dos Estados Unidos, o subsecretário de Estado Douglas Dillon, resultou em 4.400 reduções de tarifas. Esta foi a primeira

vez que a Comunidade Econômica Européia negociou como uma entidade, em nome de cada país membro.

1962 — A Lei da Expansão do Comércio dos Estados Unidos [U.S. Trade Expansion Act] autorizou o presidente a negociar reduções mútuas de tarifas de até 50 por cento, com outros países. A lei também criou o cargo de representante especial para negociações comerciais no Escritório Executivo do Presidente, para chefiar delegações dos Estados Unidos em negociações comerciais, bem como comitês de política comercial que envolvessem vários órgãos do governo.

1963-1967 — A sexta rodada do GATT, conhecida como Rodada Kennedy em homenagem ao presidente John F. Kennedy, dos Estados Unidos, tinha como objetivo aumentar as exportações dos Estados Unidos para os países da Comunidade Econômica Européia. A Rodada Kennedy resultou em reduções de tarifas que variavam de 35 a 40 por cento. Essa rodada resultou em um acordo para o fornecimento de 4,5 milhões de toneladas de trigo por ano, como ajuda aos países mais pobres. Ela resultou no Acordo Antidumping do GATT, estabelecendo as normas para a regulamentação nacional contra a exportação de bens a preços desleais.

1973-1979 — A sétima rodada do GATT — negociada em Genebra e conhecida como a Rodada de Tóquio — resultou em outra grande redução de tarifas. Pela primeira vez o GATT tratou da questão das barreiras não-tarifárias, estabeleceu códigos de conduta referentes a tais barreiras e fez pequenas e modestas reduções nas barreiras comerciais na área agrícola. A rodada concedia tratamento preferencial aos países em desenvolvimento.

1974 — A Lei Americana do Comércio de 1974 [U.S. Trade Act of 1974] foi promulgada, com uma disposição que exigia que o presidente determinasse, após a conclusão de acordos futuros, se algum dos principais países industrializados (definidos como sendo o Canadá, a Comunidade Econômica Européia e o Japão) havia

deixado de fazer concessões "substancialmente equivalentes" às concessões feitas pelos Estados Unidos.

1986-1994 — A oitava rodada do GATT, a Rodada Uruguai, foi iniciada durante uma reunião ministerial em Punta del Este, Uruguai, da qual mais de 125 países participaram. A agenda de negociações incluía a abertura de mercados nas áreas de agricultura e serviços, as restrições aos subsídios e a proteção à propriedade intelectual.

1990 — Prejudicadas pelo fato de não haver acordo entre os Estados Unidos e a Europa no que diz respeito à agricultura, as negociações da Rodada Uruguai entraram em colapso em uma reunião ministerial em Bruxelas durante a qual elas deveriam ser concluídas. As negociações foram reiniciadas no ano seguinte.

Abril de 1994 — A Rodada Uruguai chegou ao fim com 111 países assinando um acordo em Marrakesh, Marrocos, para criar a Organização Mundial do Comércio (OMC), uma sucessora mais poderosa do GATT. A rodada tornou possíveis mais reduções de tarifas sobre

produtos industrializados e fortaleceu as normas a respeito de barreiras não-tarifárias. Os membros concordaram em extinguir as restrições à importação de têxteis e artigos de vestuário. A rodada resultou em modestas medidas de abertura de mercado nas áreas de agricultura e serviços e proteção à propriedade intelectual. O mais importante é que ela estabeleceu um sistema de painéis para resolver disputas entre membros da OMC e normas para garantir a observância das decisões dos painéis.

Janeiro de 1995 — A OMC, uma organização intergovernamental com uma base legal mais firme do que a do seu antecessor, começou a funcionar. A OMC é regida por uma série de documentos legais, principalmente o Acordo Geral de Tarifas e Comércio, o Acordo Geral de Comércio e Serviços [General Agreement on Trade in Services] e o acordo sobre os Aspectos dos Direitos à Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio [Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights]. □

Fontes: Organização Mundial do Comércio; Departamento de Estado dos EUA.

O PROGRESSO APÓS A RODADA URUGUAI

Nos primeiros três anos após o início das operações da Organização Mundial do Comércio (OMC) em janeiro de 1995, seus membros celebraram acordos para a abertura do comércio nas áreas de telecomunicações, serviços financeiros e informática, que têm o potencial de exceder o valor de todos os acordos feitos na Rodada Uruguai.

NEGÓCIOS INACABADOS

As negociações em quatro setores de serviços permaneceram inacabadas no final da Rodada Uruguai mas tiveram continuidade mais tarde.

- As negociações sobre a movimentação de pessoas físicas foram concluídas em meados de 1995 com um modesto acordo.
- As negociações sobre os serviços de transporte marítimo não chegaram a bom termo em 1996 e foram suspensas até que fossem continuadas as negociações mais abrangentes a respeito de serviços.

- Quanto às negociações na área de serviços básicos de telecomunicações, elas resultaram em um acordo em fevereiro de 1997, abrindo mercados em 67 países que representam mais de 90 por cento do mercado mundial, estimado em 600 bilhões de dólares por ano.

- As negociações a respeito de serviços financeiros resultaram em um acordo em dezembro de 1997, abrindo os setores bancário, securitário e de valores mobiliários em países membros, que representam mais de 90 por cento do mercado mundial.

ACORDO NA ÁREA DE INFORMÁTICA

Uma iniciativa do fórum de Cooperação Econômica da Área da Ásia e do Pacífico [Asia-Pacific Economic Cooperation] (APEC) para eliminar tarifas sobre os produtos de informática, que representam 12 por cento de todo o comércio mundial, foi grandemente favorecida por ocasião da Reunião Ministerial da OMC em Cingapura em dezembro de 1996. Em março de 1997, 43 países

responsáveis por 93 por cento desse comércio, celebraram um acordo de informática (ITA) para eliminar tarifas, até o ano 2000, sobre computadores, telefones e muitos outros produtos de telecomunicações, semi-condutores, software e instrumentos científicos. As negociações tendo como objetivo um segundo acordo, conhecido como ITA II, que deveria eliminar tarifas sobre um número ainda maior de produtos de informática, não têm obtido sucesso nos últimos anos por não ter havido acordo sobre a cobertura de produtos.

AGENDA INCLUÍDA

Os acordos da Rodada Uruguai estabeleceram um programa de trabalho para os anos subseqüentes. Três entre as questões mais importantes continuam sem solução, pois, durante a reunião ministerial de Seattle em 1999 não houve progresso quanto a elas.

- As negociações para aperfeiçoar o acordo da OMC a respeito de compras dos governos tiveram início em 1998, mas as partes envolvidas até o momento não conseguiram chegar a um acordo.
- As negociações sobre agricultura e serviços deveriam ter tido início em 2000. A pauta continua válida, mas até agora os participantes da OMC ainda não conseguiram estabelecer agendas para negociações.

REUNIÕES MINISTERIAIS

- A primeira Conferência Ministerial da OMC, realizada em Cingapura em dezembro de 1996, deu início aos estudos sobre comércio e investimento, comércio e concorrência, transparência em compras feitas pelos governos e facilitação de negócios no comércio.

- A segunda reunião ministerial da OMC, realizada em Genebra em maio de 1998, acrescentou o comércio eletrônico à programação de trabalho e deu início às preparações sobre a possibilidade de se realizar negociações mais abrangentes no futuro.

- A terceira reunião ministerial da OMC, realizada em Seattle, Washington, de 30 de novembro a 4 de dezembro de 1999, na qual se esperava que os ministros dessem início a uma nova rodada de negociações, foi suspensa devido ao fato de não ter sido estabelecido um consenso a respeito de uma agenda de negociações.

RESOLUÇÃO DE DISPUTAS

A principal diferença entre a OMC e a organização que a precedeu, o GATT, é o sistema de resolução de disputas, que dá aos vencedores da resolução de um painel da OMC o poder de exigir o cumprimento da resolução — impondo sanções econômicas se for preciso.

Ao contrário do GATT, a OMC proíbe a parte que perder a disputa, na determinação de um painel, de impedir a adoção da determinação pela maioria dos membros da OMC (que se reúne formando o Órgão para a Resolução de Disputas). O Órgão de Resolução de Disputas e o Órgão de Recursos podem determinar que o governo corrija o seu não-cumprimento de uma obrigação junto à OMC e pode autorizar o governo queixoso a tomar medidas de retaliação na área comercial. □

Fonte: Organização Mundial do Comércio

FONTES DE INFORMAÇÃO

PRINCIPAIS CONTATOS E SITES NA INTERNET RELACIONADOS À OMC

GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS

Office of the U.S. Trade Representative [Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos] (USTR)

Winder Building
600 17th Street, N.W.
Washington, DC 20508 U.S.A.
Telefone: 1-888-473-8787
<http://www.ustr.gov/>

U.S. Department of Agriculture [Departamento de Agricultura dos Estados Unidos] (USDA)

1400 Independence Avenue, S.W.
Washington, DC 20250 U.S.A.
Foreign Agricultural Service (FAS)
Telefone: (202) 720-1727
<http://www.fas.usda.gov/>

U.S. Department of Commerce [Departamento do Comércio dos Estados Unidos]

14th Street and Constitution Avenue, N.W.
Washington, DC 20230 U.S.A.
International Trade Administration (ITA)
Telefone: (202) 482-3809
<http://www.ita.doc.gov/>

U.S. Department of State [Departamento de Estado dos EUA]

2201 C. Street, N.W.
Washington, DC 20520 U.S.A.
Bureau of Economic and Business Affairs
Telefone: (202) 647-7951
<http://www.state.gov/www/issues/economic/index.html>
Office of International Information Programs
<http://usinfo.state.gov/topical/econ/wto99/>

U.S. Department of Labor [Departamento do Trabalho dos Estados Unidos]

200 Constitution Avenue, N.W.
Washington, DC 20210 U.S.A.
Bureau of International Labor Affairs
Telefone: (202) 219-6373
<http://www.dol.gov/dol/ilab/>

U.S. Environmental Protection Agency [Agência de Proteção Ambiental dos EUA] (EPA)

Ariel Rios Building
1200 Pennsylvania Avenue, N.W.
Washington, DC 20460
(202) 260-2090

ENTIDADES NÃO RELACIONADAS AO GOVERNO DOS EUA

ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

World Trade Organization (WTO)

[Organização Internacional do Trabalho (OIT)]
<http://www.wto.org/>

U.N. Conference on Trade and Development (UNCTAD)

[Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento]
<http://www.unctad.org/>

Organization for Economic Cooperation and Development (OECD)

[Organização para a Cooperação e para o Desenvolvimento Econômico (OCDE)]
<http://www.oecd.org/ech/seattle.htm>

European Union (EU)

[União Européia (UE)]

http://europa.eu.int/comm/trade/wto_overview/index_en.htm

**ORGANIZAÇÕES EMPRESARIAIS, DE
CONSUMIDORES, AMBIENTAIS E DE
TRABALHADORES**

AFL-CIO

<http://www.aflcio.org/wto/index.htm>

American Farm Bureau Federation

[Federação dos Escritórios dos Produtores Rurais dos
Estados Unidos]

<http://www.fb.com/issues/backgrd/trade.html>

Business Coalition for U.S.-China Trade

[Coalizão das Empresas a Favor do Comércio entre os
Estados Unidos e a China]

<http://www.business4chinatrade.org/>

Earthjustice Legal Defense Fund

[Earthjustice – Fundo de Defesa Legal]

<http://www.earthjustice.org/work/international.html>

Friends of the Earth

[Amigos da Terra]

<http://www.foe.org/international/>

Public Citizen

<http://www.citizen.org/pctrade/gattwto/gatthome.html>

U.S. Chamber of Commerce

[Câmara de Comércio dos Estados Unidos]

<http://www.uschamber.org/frame/frame/frame.html>

United Steelworkers of America

[Associação dos Trabalhadores das Usinas Siderúrgicas
dos Estados Unidos]

<http://www.fairtradewatch.org/>

MATERIAL ADICIONAL DE LEITURA A RESPEITO DOS ESTADOS UNIDOS E DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO

Bhagwati, Jagdish N. *A Stream of Windows: Unsettling Reflections on Trade, Immigration, and Democracy*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1998.

Council of Economic Advisers. *America's Interest in the World Trade Organization: An Economic Assessment (Report)*. Washington, D.C.: The Council of Economic Advisers, November 1999.

Destler, I.M. and Peter J. Balint. *The New Politics of American Trade: Trade, Labor, and the Environment*. Washington, D.C.: Institute for International Economics, 1999.

Finger, J. Michael and Ludger Schuknecht. *Market Access Advances and Retreats: The Uruguay Round and Beyond (Policy Research Working Papers, No. 2232)*. Washington, D.C.: The World Bank, November 1999.

"Focus — Millenium Trade Round" (Special Section). *OECD Observer*, no. 219, December 1999.

French, Hilary. "Challenging the WTO." *World Watch*, vol. 12, no. 6, November/December 1999.

Friedman, Thomas L. *The Lexus and the Olive Tree*. New York: Farrar Straus & Giroux, 1999.

Hufbauer, Gary Clyde. *World Trade After Seattle: Implications for the United States (International Economics Policy Briefs, No. 99-10)*. Washington, D.C.: Institute for International Economics, December 1999.

Krueger, Anne O. and Chonira Aturupane, eds. *The WTO As an International Organization*. Chicago: University of Chicago Press, 1998.

Lovett, William A., Alfred E. Eckes, Jr., and Richard L. Brinkman. *U.S. Trade Policy: History, Theory, and the WTO*. Armonk, New York: M.E. Sharpe, Inc., 1999.

Maskus, Keith E. *Regulatory Standards in the WTO: Comparing Intellectual Property Rights With Competition Policy, Environmental Protection, and Core Labor Standards (Working Papers: 2000, No. 00-1)*. Washington, D.C.: Institute for International Economics, January 2000.

McDonald, Brian. *The World Trading System: The Uruguay Round and Beyond*. New York: St. Martin's Press, Inc., 1998.

Mazur, Jay. "Labor's New Internationalism." *Foreign Affairs*, vol. 79, no.1, January/February 2000.

Michalopoulos, Constantine. *Developing Countries' Participation in the World Trade Organization (Policy Research Working Paper, No. 1906)*. Washington, D.C. and Geneva: The World Bank and the World Trade Organization, March 1998.

Noland, Marcus. "Learning to Love the WTO." *Foreign Affairs*, vol. 78, no. 5, September/October 1999.

Rodrik, Dani. *The New Global Economy and Developing Countries: Making Openness Work (Policy Essay, No. 24)*. Washington, D.C.: Overseas Development Council, January 1999.

Schott, Jeffrey J., ed. *Launching New Global Trade Talks: An Action Agenda*. Washington, D.C.: Institute for International Economics, 1998.

Stiglitz, Joseph F. "Trade and the Developing World: A New Agenda." *Current History*, vol. 98, no. 631, November 1999.

Stokes, Bruce. "The Protectionist Myth." *Foreign Policy*, no. 117, Winter 1999-2000.

Tarullo, Daniel K. "Seattle Light." *The International Economy*, vol. 13, no. 6, November/December 1999.

Perspectivas Econômicas

Volume 5 Uma Revista Eletrônica do Departamento de Estado dos EUA Número 1

Desenvolvendo uma Estratégia Global de Comércio: os Estados Unidos e a OMC

